

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE, UNICENTRO

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, DECON

KELLY DE CAMPOS LEMES

**A MOBILIDADE DO PIB PER CAPITA E DO DESENVOLVIMENTO: Uma
abordagem nos municípios paranaenses nos anos 2014 a 2019**

**Guarapuava/PR
2023**

KELLY DE CAMPOS LEMES

**A MOBILIDADE DO PIB PER CAPITA E DO DESENVOLVIMENTO: Uma
abordagem nos municípios paranaenses nos anos 2014 a 2019**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Estadual do Centro
Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para
obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof.:
Dr. Simão Ternoski

**Guarapuava/PR
2023**

KELLY DE CAMPOS LEMES

**A MOBILIDADE DO PIB PER CAPITA E DO DESENVOLVIMENTO: Uma
abordagem nos municípios paranaenses nos anos 2014 a 2019**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Simão Ternoski
Orientador

Prof. Dr. Felipe Orsolin Teixeira
Avaliador

Profa. Dra. Zoraide da Fonseca Costa
Avaliadora

Aprovado em: 15/02/2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e a oportunidade de realizar este estudo.

À minha família, que sempre acreditou em mim e me apoiou incondicionalmente. Seu amor e encorajamento foram fundamentais para minha jornada acadêmica.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Simão Ternoski, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos professores que me guiaram ao longo do curso, pela partilha de conhecimento, paciência e incentivo constante.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer.

À UNICENTRO e ao Departamento de Ciências Econômicas pelo ambiente aprendizado de qualidade, recursos oferecidos e professores dedicados. Sou grata pela oportunidade de estudar aqui.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, suas influências foram valiosas.

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois, o SENHOR, o seu Deus, estará com você por onde você andar.

(Josué 1:9)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização geográfica do estado do Paraná	45
Figura 2 – Matriz de transição comparativa entre 2014 a 2019 para o quartil do PIB per capita.....	53
Figura 3 – Matriz de transição comparativa entre 2014 a 2019 para o quartil do IPDM	63
Gráfico 1 – Evolução do PIB e PIB per capita do Paraná	46
Quadro 1 – Variáveis que compõem o índice IPDM – IPARDES.....	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do PIB per capita dos anos 2014 e 2019	47
Tabela 2 – Evolução do IPDM dos anos 2014 e 2019	47
Tabela 3 – Evolução do número de famílias beneficiárias com Bolsa Família	48
Tabela 4 – Evolução do valor de repasses com o Programa Bolsa Família	48
Tabela 5 – Evolução Área Territorial	49
Tabela 6 – Evolução dos repasses da União com o fundo de participação dos municípios – FPM.....	49
Tabela 7 – Evolução da Arrecadação em ICMS.....	50
Tabela 8 – Evolução do volume com financiamento repassado a produtores e cooperativas.....	51
Tabela 9 – Evolução dos Empregos Formais.....	51
Tabela 10 – Trajetórias e quartis do Produto Interno Bruto per capita	54
Tabela 11 – Dados do IPDM nas trajetórias e quartis do PIB per capita.....	56
Tabela 12 – Dados do número de famílias beneficiárias com o Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do PIB per capita.....	58
Tabela 13 – Dados do valor repassado com o Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do PIB per capita	59
Tabela 14 – Dados do financiamento aos produtores e cooperativas nas trajetórias e quartis do PIB per capita	60
Tabela 15 – Dados dos empregos formais nas trajetórias e quartis do PIB per capita	62
Tabela 16 – Trajetórias e quartis do índice Ipardes de desempenho municipal – IPDM	65
Tabela 17 – Dados do PIB per capita nas trajetórias e quartis do IPDM.....	66
Tabela 18 – Dados do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do IPDM	67
Tabela 19 – Dados do valor repassado do Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do IPDM.....	68
Tabela 20 – Dados sobre a área territorial dos municípios de acordo com as trajetórias e quartis do IPDM.....	69
Tabela 21 – Empregos formais nas trajetórias e quartis do IPDM	70

Tabela 22 – Área territorial nas trajetórias e quartis do PIB per capita	85
Tabela 23 – Repasses da União para estados e municípios nas trajetórias e quartis do PIB per capita.....	86
Tabela 24 – Arrecadações em ICMS nas trajetórias e quartis do PIB per capita	87
Tabela 25 – Valor com repasses da União aos estados e municípios nas trajetórias e quartis do IPDM.....	88
Tabela 26 – Valor com arrecadação em ICMS nas trajetórias e quartis do IPDM.....	89
Tabela 27 – Dados do financiamento à produtores e cooperativas nas trajetórias e quartis do IPDM.....	90

RESUMO

A pesquisa aborda os fatores que influenciam a mudança na posição relativa do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e do Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM) dos municípios paranaenses. Nessa perspectiva questiona: quais atributos, a nível dos municípios paranaenses, afetam a mobilidade do IPDM? A hipótese de estudo admite que a mobilidade positiva do PIB per capita e do IPDM está condicionada à atributos como renda, bolsa família, financiamento à produtores, área territorial e repasses da União com o fundo de participação dos municípios e arrecadação de ICMS. O objetivo da pesquisa é analisar a mobilidade do PIB per capita e do IPDM nos municípios paranaenses durante os anos de 2014 e 2019, explorando as causas e os fatores que moldam essa mobilidade. A abordagem metodológica é exploratória, utilizando análise bibliográfica em artigos e livros científicos relacionados ao tema. Em uma etapa subsequente, são empregadas as matrizes de transição para examinar, por meio da estatística descritiva, informações sobre a mobilidade econômica nos municípios do Paraná. Os resultados obtidos indicam uma baixa mobilidade nos municípios paranaenses, evidenciando uma concentração de renda. Diante disso, o estudo propõe a necessidade de ações direcionadas à redução dessa concentração, apontando para a importância da implementação de políticas que melhorem as condições de vida, como a promoção do emprego, aumento de renda, acesso à educação e saúde.

PALAVRAS CHAVE: Mobilidade, PIB Per Capita, IPDM, Crescimento e Desenvolvimento

ABSTRACT

The research addresses the factors that influence the change in the relative position of the gross domestic product (GDP) per capita and the Iparades Index of Municipal Performance (IPDM) of the municipalities of Parana. In this perspective it asks: what attributes, at the level of the Parana municipalities, affect the mobility of the IPDM? The study hypothesis admits that the positive mobility of per capita GDP and IPDM is conditioned by attributes such as income, family scholarship, financing to producers, territorial area and Union transfers of the state and municipal participation fund and collection of ICMS. The aim of the research is to analyze the mobility of per capita GDP and IPDM in the municipalities of Parana during the years 2014 and 2019, exploring the causes and factors that shape this mobility. The methodological approach is exploratory, using bibliographic analysis in articles and scientific books related to the subject. In a subsequent stage, the transition matrices are used to examine, by means of descriptive statistics, information on economic mobility in the municipalities of Paraná. The results obtained indicate a low mobility in the municipalities of Parana, evidencing a concentration of income. In view of this, the study proposes the need for actions aimed at reducing this concentration, pointing to the importance of implementing policies that improve living conditions, such as the promotion of employment, income increase, access to education and health.

KEY WORDS: Mobility, Per Capita GDP, IPDM, Growth and Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MOBILIDADE DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
2.1 O crescimento e o desenvolvimento econômico	14
2.1.1 O Produto Interno Bruto – PIB per capita	21
2.1.2 O Índice Iparde de Desempenho Municipal – IPDM.....	23
2.2 O desenvolvimento e crescimento regional.....	25
2.3 Os condicionantes da mobilidade do desenvolvimento e do crescimento	28
2.3.1 O conceito de mobilidade	28
2.3.2 Condicionantes da mobilidade do crescimento e do desenvolvimento	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 A caracterização da pesquisa	36
3.2 As variáveis analisadas	42
4 A MOBILIDADE DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E DO ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ..	44
4.1 O contexto dos municípios paranaenses.....	44
4.2 A mobilidade do Produto Interno Bruto – PIB per capita no Paraná.....	52
4.3 A mobilidade do Índice Iparde de Desempenho Municipal – IPDM no Paraná..	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6 REFERÊNCIAS	74
7 APENDICE	85
Apêndice A – Dados sobre a Área Territorial em relação as trajetórias e grupos do quartil do PIB per capita	85
Apêndice B – Dados sobre os repasses da União para Estados e Municípios em relação as trajetórias e grupos do quartil do PIB per capita	86
Apêndice C – Dados sobre Arrecadação de ICMS em relação as trajetórias e grupos do quartil do PIB per capita	87
Apêndice D – Dados sobre os repasses da União para Estados e Municípios em relação as trajetórias e grupos do quartil do IPDM.....	88
Apêndice E – Dados sobre o valor em arrecadação de ICMS em relação as trajetórias e grupos do quartil do IPDM.....	89
Apêndice F – Dados sobre o financiamento de produtores e cooperativas nas trajetórias e grupos do quartil do IPDM.....	90

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa trata dos condicionantes associados à mudança da posição relativa no *ranking* do Produto Interno Bruto – PIB per capita e do Índice IparDES de Desempenho Municipal – IPDM dos municípios paranaenses. O PIB per capita é uma medida de produto calculado, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023a), a partir do produto bruto de uma região, estado ou município, dividindo-se pelo número de habitantes.

Por outro lado, o desenvolvimento é algo mais complexo de ser mensurado, uma das formas é, para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2010), o Índice IparDES de Desempenho Municipal – IPDM, que consiste em um indicador que mede o desempenho dos municípios paranaenses, considerando as dimensões de renda, emprego e produção agropecuária; saúde; e educação, de forma a retratar o nível de desenvolvimento dos municípios.

Em uma via de análise do comportamento do PIB per capita e IPDM, as matrizes de transição podem ser empregadas para representar a mobilidade. Para Fields e Ok (1996) a mobilidade de renda é a variação (positivas e negativas) nos níveis de renda ao longo do tempo. Da mesma forma que as pessoas transitam entre categorias de renda ao longo de suas trajetórias de vida, é possível comparar a posição econômica dos filhos com a de seus pais.

Behrman et al. (2001), também tratando da renda, argumentam sua relação com o bem-estar da população. Uma mobilidade de renda elevada implica em maior bem-estar para a população gerando a redução na desigualdade social. Permite que famílias inicialmente desfavorecidas tenham oportunidade de reverter uma condição social inicial adversa, e, no tempo, atingir níveis mais elevados de renda.

Para Sorensen (1975), ao tratar da renda, a mobilidade está diretamente ligada ao deslocamento de origem para qualquer outro nível econômico. É a capacidade de uma pessoa, região, estado ou país, de melhorar ou piorar sua posição financeira, passando de uma posição mais baixa para uma outra posição relativa mais alta, ou cair de uma posição alta para outra inferior em relação a um grupo determinado.

É neste cenário que ao observar dados, a nível de Brasil, do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é percebida a mobilidade. O país ocupava a 75ª posição no *ranking* mundial em 2014, entre 188 países, refletindo desenvolvimento

considerado regular. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2023a). Já em 2019, o Brasil cai neste *ranking* para a 84ª posição, frente aos 189 países, um declínio de sua posição relativa que pode refletir desafios e dificuldades enfrentadas na promoção do bem-estar. (PNUD, 2021).

Para os estados brasileiros, segundo o IBGE (2023b), em 2014 o Distrito Federal ocupava a 1º posição no *ranking*, seguido de São Paulo (2ª), já o Paraná ocupava a 4º posição. Em 2019, de acordo com o Atlas Brasil (2022) o Distrito Federal e o estado de São Paulo ocupavam respectivamente a 1º e 2º posições do IDH frente aos demais estados brasileiros. Por outro lado, o Paraná registrou uma leve queda em seu desempenho, ocupando agora a 5º posição no *ranking* de desenvolvimento.

Na via do crescimento econômico, dados sobre o Produto Interno Bruto – PIB per capita, de acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI (2023), posicionavam, em 2014, Luxemburgo na 1º posição, seguido da Noruega, e o Brasil, neste *ranking*, ocupava a 66º posição. Para 2019, de acordo com FMI (2023), houve alteração nas primeiras posições, sendo que Luxemburgo permaneceu na 1º posição, seguido da Suíça, já o Brasil caiu sua posição estando em 77º dentre os 196 países.

Para o cenário dos estados brasileiros, conforme IBGE (2016), em 2014 o PIB per capita do Distrito Federal fica na 1º posição do *ranking*, seguido do Estado de São Paulo, com o Paraná ocupando a 7º posição. Para 2019, não houve mudanças nas primeiras posições, permanecendo o Distrito Federal (1ª posição) e São Paulo (2ª posição), já o Paraná subiu para a 6º posição do *ranking*. (IBGE, 2021).

Alterações tanto nos índices de desenvolvimento como crescimento que refletem o conceito de mobilidade. Diante deste cenário, o problema da pesquisa questiona: quais atributos, a nível dos municípios paranaenses, afetam a mobilidade do PIB per capita e do Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM? A hipótese do estudo admite que a mobilidade positiva do PIB per capita e do Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM está condicionada à atributos como: renda, bolsa família, financiamento, área territorial, repasses da União com o fundo de participação dos municípios e arrecadações de ICMS.

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a mobilidade do PIB per capita e do Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM nos municípios paranaenses nos anos 2014 e 2019. Especificamente: a) investigar as causas da mobilidade do PIB per capita e do Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM; e b) identificar fatores socioeconômicos que influenciam a mobilidade.

A análise da mobilidade do PIB per capita e do Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM dos municípios paranaenses é de grande importância para compreender os fatores que impulsionam ou restringem o crescimento e/ou o desenvolvimento econômico em nível local. Ao entender esses atributos, é possível identificar as áreas que precisam de intervenções e políticas específicas para promover um desenvolvimento e/ou crescimento mais equilibrado.

A análise da mobilidade do PIB per capita e do IPDM é crucial para compreender os fatores que impulsionam ou limitam o crescimento/desenvolvimento econômico em nível local. Compreender esses atributos é essencial para identificar áreas que necessitam de intervenções específicas e políticas direcionadas a promover um desenvolvimento mais equilibrado.

No caso dos municípios paranaenses, essa análise se torna particularmente relevante devido à diversidade socioeconômica existente no Estado. O Paraná possui municípios com níveis de produto e de desenvolvimento econômico variados, alguns com economias mais dinâmicas, e outros enfrentando desafios significativos para impulsionar o crescimento e ao mesmo tempo promover o bem-estar.

Nisso percebe-se a relevância social da pesquisa, ao refletir sobre os atributos ligados à mobilidade positiva do PIB per capita e do Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM, levando a compreensão dos fatores que os impulsionam como meio para que sejam pensadas políticas públicas direcionadas a suprir estes condicionantes. Já a relevância científica visa contribuir para o conhecimento como forma de fornecer novas percepções e informações relevantes para a área do estudo.

Além deste capítulo introdutório, o Capítulo II aborda o conceito de mobilidade, crescimento e desenvolvimento econômico. São tratadas as definições de Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM, além de aspectos sobre o desenvolvimento regional. Posteriormente, são discutidos os fatores que influenciam a mobilidade e o crescimento econômico.

No Capítulo III, são detalhados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, com destaque para as características do estudo, cujo método envolve as matrizes de transição, e para as variáveis analisadas. O Capítulo IV se concentra na análise da mobilidade do PIB per capita e do IPDM nos municípios do Paraná. São apresentados o contexto dos municípios, além de informações sobre a mobilidade, medida com matrizes de transição, e sua relação com as variáveis estudadas. Por fim, o trabalho segue com as considerações finais e a lista de referências.

2 MOBILIDADE DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No contexto deste Capítulo foram discutidos os conceitos de crescimento e desenvolvimento, expondo as visões dos autores a partir da análise macroeconômica. O Capítulo inicia com a abordagem sobre um indicador fundamental para medir a atividade econômica, este o Produto Interno Bruto - PIB per capita, que permite avaliar a riqueza por habitante de uma região. A seção 2.1 fecha com a discussão sobre o Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM, tratando de sua composição, já que analisa os aspectos do desenvolvimento dos municípios.

O passo seguinte, seção 2.2, tratou da percepção microeconômica sobre o desenvolvimento e o crescimento, em uma abordagem regional foram explorados teorias e conceitos que tratam do tema. O restante do Capítulo, seção 2.3, é central para o estudo, e aborda os condicionantes da mobilidade, retratando seu conceito e formas de mensuração, apresenta, ainda, os principais atributos, na percepção da literatura, que condicionam uma mobilidade positiva.

2.1 O crescimento e o desenvolvimento econômico

A ideia de desenvolvimento e de crescimento econômico foi inicialmente enraizada nas teorias do liberalismo clássico como sinônimas. Eram vistas como único caminho para garantir a qualidade de vida e o aperfeiçoamento da humanidade, percepção gradualmente questionada, já que somente riqueza não seria suficiente para refletir qualidade de vida, sendo complementada por uma compreensão de desenvolvimento. (SILVA et al., 2017).

Nesta percepção, a riqueza de uma nação reflete essencialmente uma teoria que trata de crescimento econômico, sendo guiada pela mão invisível do mercado. Seria decorre da divisão do trabalho e da especialização, que permitem alcançar aumento da produção e acúmulo de riquezas, e conseqüentemente, levariam à melhoria da qualidade de vida. (SMITH, 1996).

O foco de David Ricardo, um dos grandes teóricos da escola clássica, considera também a distribuição da riqueza no processo de crescimento, um desafio

associado propriamente ao aumento da riqueza. De fato, a abordagem da distribuição da renda entre as diversas classes sociais que constituem a sociedade naturalmente o conduz a examinar a dinâmica do crescimento econômico, dentro da estrutura dessa divisão. Essa interligação advém do fato de que o arcabouço ricardiano abarca a configuração pela qual a distribuição da riqueza se desenrola, sendo um fator determinante do próprio crescimento econômico. (SILVA, 2003).

Adentrando na percepção marxista, é fundamental compreender que o conceito de 'mais-valia' desempenha um papel central na teoria do progresso econômico de Karl Marx. De acordo com sua perspectiva, a acumulação de riqueza pelo capitalista ocorre exclusivamente por meio da obtenção de 'mais-valia' que surge das complexas relações sociais de produção que se estabelecem entre o capital e o trabalho. Na visão de Marx, a transição para uma economia moderna ou industrial é precedida por um período conhecido como 'acumulação primitiva de capital'. Esse estágio possibilita a algumas nações acumular um determinado montante de recursos, o que, por sua vez, viabiliza os investimentos necessários para promover o desenvolvimento econômico. (SANTOS et al., 2012).

Para explicar os determinantes do crescimento econômico, um dos modelos propostos pela escola neoclássica foi o modelo de Solow. Este estuda o crescimento da economia de um país em um longo período, definindo-o como a acumulação de capital, o crescimento da força de trabalho e as possibilidades de investimento nas tecnológicas. (SOLOW, 1956).

O modelo de Solow é apresentado em duas versões, a primeira é o modelo básico da função de produção e a segunda é uma extensão do primeiro, uma equação de acumulação de capital. O modelo primário também conhecido como modelo de Solow sem avanço tecnológico, é expresso por meio da função Cobb-Douglas, onde a produção é determinada por duas variáveis, conforme demonstrado na equação 1.

$$Y = F(K, L) = K^{\alpha}L^{1-\alpha} \quad (1)$$

Sendo:

K = capital;

L = mão de obra;

Y = Produto Interno Bruto;

α = representa as elasticidades do capital e do trabalho, variando entre 0 e 1.

Solow também assume um equilíbrio perfeito entre oferta e demanda em uma economia completamente coordenada, onde a produção é dividida entre consumo (C) e investimento (I). O objetivo principal deste modelo é explicar o papel da acumulação de capital no processo de crescimento econômico. De acordo com o modelo, existe tendência da economia atingir um estado estacionário, onde o crescimento é equilibrado, ou seja, ocorre de maneira uniforme e a uma taxa constante. Na ausência de avanços tecnológicos, o crescimento do produto per capita é zero. (JONES, 2000).

No segundo cenário, Solow afirma, de acordo com Jones (2000), que o avanço tecnológico é a alternativa capaz de assegurar o crescimento a longo prazo. O incremento na produção por trabalhador, derivado do progresso técnico, tem o potencial de elevar o nível de eficiência. Nessa versão, todos os preceitos do modelo inicial são preservados e o progresso tecnológico é incorporado ao modelo, conforme equação 2.

$$Y = F(K, AL) = K^a(AL)^{1-a} \quad (2)$$

O avanço tecnológico, representado por (A), cresce ao longo do tempo, à medida que uma unidade de trabalho, se torna mais produtiva quando a tecnologia está em um estágio mais avançado. Uma premissa crucial do modelo é que o avanço tecnológico é exógeno, ou seja, emerge na economia automaticamente, sem ser influenciado por outros eventos que possam afetar o sistema econômico. Consequentemente, tanto o produto por trabalhador quanto o capital por trabalhador aumentam à taxa determinada pelo progresso tecnológico exógeno. (JONES, 2000).

O capital humano desempenha uma função essencial na geração de novas ideias e tecnologias, destacando a importância da criatividade. Conforme o modelo, o investimento em capital humano é essencial, pois possibilita a inovação e o avanço na utilização do capital físico, o que, por sua vez, tem um impacto significativo na taxa de crescimento econômico. Ele argumenta que o capital humano é um fator determinante no crescimento econômico tanto de países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos, devido ao seu efeito direto sobre o capital físico. (ROMER, 1990).

Importante destacar ainda o modelo de Solow com capital humano, já que expande a teoria original. O modelo original se concentra na acumulação de capital físico, e o modelo com capital humano incorpora a ideia de que o conhecimento dos trabalhadores também desempenha um papel crucial no crescimento econômico. O

investimento em capital humano é fundamental, neste modelo, ao permitir inovação ou progresso ao nível da utilização de capital físico que, por sua vez, influenciará a taxa de crescimento econômico. (JONES, 2000).

O crescimento, no modelo de Solow, ocorre exclusivamente com o progresso tecnológico, na ausência desse, a acumulação de capital entra na fase de rendimentos decrescentes. O progresso tecnológico e as inovações na tecnologia compensam os efeitos dos retornos decrescentes sobre a acumulação de capital, e a tecnologia aumenta a produtividade e a capacidade produtiva do trabalho. (JONES, 2000).

Semelhante ao modelo de Solow, Romer (1990), enfatiza que o crescimento econômico é impulsionado pela tecnologia e envolve melhorias na transferência de matérias primas para criação de novos produtos, assim também fornecendo uma acumulação contínua de capital que gera aumento da produção por hora trabalhada.

Os modelos convencionais destacam o papel do capital físico como impulsionador do crescimento econômico. Em contraste, os modelos endógenos atribuem à mudança tecnológica e ao investimento em capital humano, ambos vistos como indicadores do conhecimento agregado no modelo proposto, sendo o papel fundamental no estímulo ao crescimento. (ROMER, 1986). Para Jones (2000) o progresso tecnológico é movido pela pesquisa e desenvolvimento maximizando os lucros e resulta no progresso tecnológico que se expressa no avanço contínuo dos métodos de produção, nos tipos e qualidades de produtos.

O modelo de Romer preserva de maneira parecida as equações de acumulação de capital e de trabalho, conforme o modelo de Solow. A inovação surge na função de produção, que inclui o estoque de ideias como um dos insumos de produção. Dessa forma, tem uma função de produção que descreve como o produto agregado (Y) é gerado a partir da combinação do estoque de capital (K) e do trabalho (L), utilizando o estoque de ideias, representado na equação 3:

$$Y = K^{\alpha} (\hat{A}Ly)^{1 - \alpha} \quad (3)$$

Dado o nível de tecnologia A , a função de produção apresenta retornos constantes de escala para o capital (K) e o trabalho (L). No entanto, ao incluir o estoque de ideias como um dos insumos de produção, a função de produção passa a apresentar retornos crescentes de escala, isso ocorre devido à característica das

ideias como um bem não-rival. Em outras palavras, para aumentar a produção, não é preciso replicar a tecnologia. (SILVA, 2020).

Já Lucas (1988) destaca a educação como o fator central na acumulação de capital, enfatizando que o investimento em capital humano gera efeitos positivos, elevando o nível tecnológico. Portanto, é visto como um recurso acumulável e uma fonte de crescimento. Além disso, a acumulação de capital humano desempenha um papel crucial ao impulsionar a produtividade.

Nisso, o conceito de crescimento endógeno surge com a mudança tecnológica, definido como qualquer modificação no processo produtivo que resulta em melhorias na forma como matérias-primas são combinadas, permitindo a criação de novos produtos. O avanço tecnológico é impulsionado pelo aumento no acúmulo de conhecimento na economia, um processo que é sustentado pelos esforços de pesquisa realizados tanto dentro das empresas quanto em setores dedicados à investigação, que ampliam os investimentos no conhecimento gerando um aumento do crescimento e, taxas de poupança mais altas que elevam as taxas do crescimento. (MOURA; CRUZ, 2013).

O crescimento econômico engloba, portanto, a expansão sustentada da renda per capita ao longo de um período determinado. No entanto, com o tempo, surge a crítica sobre a visão unidimensional de desenvolvimento e de crescimento como sinônimos, já que considerava apenas o crescimento econômico como indicador de sucesso. Nesta linha, Sen (2000) retrata que o crescimento econômico contribui para o desenvolvimento de um país, mas não é o único fator a ser considerado. É necessário verificar a capacidade e condições dos indivíduos de participarem desse processo, nisso, houve a evolução do conceito de desenvolvimento, para incorporar uma gama mais ampla de dimensões relacionadas ao bem-estar humano e à qualidade de vida que vão além somente do aspecto renda.

O desenvolvimento econômico assume uma natureza mais qualitativa, abrangendo as transformações na composição dos setores da economia, aprimorando os indicadores de bem-estar tanto econômico como social. Deve contemplar aspectos como pobreza, desemprego, saúde, alimentação, educação e habitação. (VASCONCELOS; GARCIA, 1998).

O processo de desenvolvimento socioeconômico visa à melhoria da qualidade de vida e bem-estar da sociedade como um todo, englobando todos os seus membros. Implica na redução das desigualdades sociais e econômicas entre os indivíduos,

buscando uma maior equidade nas oportunidades e distribuição de recursos. É o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. (BRESSER-PEREIRA, 2008).

É compreendido que o desenvolvimento econômico representa um processo de transformações sociais e econômicas que ocorrem em uma região ou país, contribuindo para o aprimoramento do bem-estar populacional. Existem discrepâncias significativas que permeiam a distribuição dessa renda em cada nação, com uma parcela restrita da população desfrutando de padrões de vida elevados, contrastando com a maioria que enfrenta rendimentos substancialmente abaixo da média e que se depara com privações em diversos aspectos da vida. Quando regiões e países se deparam com essa realidade (desigualdade), enfrentam problemas para atingir níveis de desenvolvimento mais elevado. (VIEIRA et al., 2008).

O desenvolvimento está vinculado à promoção e sustentação de um plano de igualdade social. Para Furtado (1992), o verdadeiro desenvolvimento deve promover melhorias nas condições de vida da população, englobando o crescimento econômico, mas indo além deste, configurando um desenvolvimento social. De acordo com a visão de Schumpeter (1997, p. 74) se tem uma distinção clara entre crescimento e desenvolvimento, já que “nem o mero crescimento econômico, representado pelo aumento da população e da riqueza, será aqui designado como um processo de desenvolvimento.”.

Sen (2000) entende que o crescimento econômico não pode ser considerado como um fim em si mesmo, mas um meio, já que para a melhoria das condições de vida dos indivíduos é preciso fortalecer as suas liberdades. Dessa forma, o progresso de uma sociedade, em termos de desenvolvimento, não deve ser avaliado como se costuma fazer comumente apenas pelos fatores acima levantados, mas também pelas liberdades que os indivíduos desfrutam na sociedade como bem-estar, pleno acesso e oportunidades às pessoas. De fato, a carência desses recursos restringe as liberdades dos indivíduos sendo o oposto ao que de fato é o desenvolvimento, e então condenando-os a viver em condições degradantes.

Sandroni (1994) considera o desenvolvimento econômico como o crescimento econômico que engloba melhorias no nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região, de seu passado histórico, da posição e extensão geográficas,

das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. O desenvolvimento econômico é um processo contínuo e dinâmico que requer políticas e estratégias específicas, adaptadas às características e desafios de cada lugar.

Gilio (2000) trata o impacto do desenvolvimento econômico e da competitividade no mercado de trabalho, identificando a ocorrência de efeitos contrastantes em relação à relevância de determinados fatores na sociedade. Por um lado, o desenvolvimento econômico e a competitividade ampliam a importância de fatores adquiridos individualmente, como a educação e a experiência acumulada ao longo do tempo. Por outro lado, esses processos diminuem a relevância de fatores inerentes, como a origem social e o *status* parental, abrindo caminho para a mobilidade ascendente de pessoas que carecem de privilégios familiares.

A educação, portanto, à medida que se buscam soluções tanto para os problemas sociais brasileiros quanto para a inserção da economia brasileira no mercado internacional, ou para a construção de um novo ciclo ou modelo de desenvolvimento, apresenta-se como a principal e mais importante estratégia, pois está indissolivelmente ligada ao processo de desenvolvimento econômico. A importância da educação em nenhuma época foi tão grande como agora. (GILIO, 2000, p. 37).

É perceptível que somente o crescimento econômico não mensura o bem-estar, isso levou a criação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH como medida mais abrangente para avaliar não só o progresso, mas o bem-estar das nações. Um indicador que vai além dos indicadores econômicos tradicionais, como o PIB. Foi criado com a colaboração de Amartya Sen, focando diretamente na vida das pessoas e no aprimoramento das capacidades básicas. (PNUD, 2023b).

Este estudo adota as variáveis do PIB per capita e o Índice Iparades de Desempenho Municipal para retratar crescimento e desenvolvimento dos municípios paranaenses. O PIB per capita, medida de crescimento, consiste na divisão do PIB pelo total de habitantes de uma região, representando a parcela média do PIB atribuída, não efetivamente distribuída, a cada indivíduo. Já o IPDM avalia o grau de desenvolvimento dos municípios paranaenses, e abrange a renda, educação e saúde, assim fornece perspectivas sobre a qualidade de vida e o bem-estar dos habitantes. A seção 2.1.1 aprofunda o entendimento teórico a respeito do PIB per capita, e, segue-se com a seção 2.1.2 que trata do Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM.

2.1.1 O Produto Interno Bruto – PIB per capita

O Produto Interno Bruto – PIB é considerado o indicador mais abrangente para medir o desempenho da economia, sintetiza em um único número o valor, em moeda corrente, da atividade econômica em um determinado período de tempo. Essa estatística pode ser considerada de três perspectivas a partir das quais é possível determinar o valor do PIB: a perspectiva da produção, da despesa e do rendimento. (IBGE, 2023c).

Na perspectiva da produção, de acordo com Gomes (2012), o valor do PIB é calculado somando o Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada setor econômico. O VAB representa o valor da produção subtraindo os insumos intermediários; os insumos intermediários, por sua vez, correspondem ao valor dos bens e serviços utilizados ou consumidos durante o processo de produção. Considerando a ótica da despesa, o PIB respeita à soma de um conjunto de componentes, ou seja, tal como o PIB, consumo privado, consumo público, investimento, exportações e importações são valores monetários que representam medidas agregadas.

Ainda pela ótica do rendimento de uma economia, considera-se duas categorias principais: salários ou compensações pelo trabalho, e excedente bruto de produção ou renda de outros elementos produtivos além do trabalho. O excedente bruto de produção, refere-se ao ganho gerado pela atividade produtiva após o pagamento dos salários, mas antes dos outros ganhos, como juros ou aluguéis; em conjunto com esse conceito, também faz sentido considerar o rendimento combinado, que representa a remuneração pelo trabalho realizado pelos proprietários das empresas, quando não é possível distinguir essa remuneração dos lucros obtidos com as atividades produtivas empreendidas. (GOMES, 2012).

Os principais componentes para mensuração do PIB (Y) na ótica da despesa podem ser sintetizados em quatro categorias: o consumo das pessoas e firmas (C); o investimento na produção de bens e serviços para o consumo (I); as despesas do governo (G); e as exportações líquidas (NX). Despesas que resultam na igualdade para com o produto, conforme expressão 3.

$$Y = C + I + G + NX \quad (3)$$

O PIB é dado pela igualdade da “soma de consumo, investimento, compras do governo e exportações líquidas, [...] permite obter uma medida do valor total da atividade econômica expressa em termos de moeda corrente”. (MANKIWI, 2015, p. 77). Para Dornbusch et al. (2013) os dados do PIB, na prática, não se limitam a somente uma avaliação da quantidade de produção em andamento, mas também como um indicador do nível de bem-estar dos habitantes de um país. No entanto, correntes teóricas e líderes políticos sugerem que um aumento do PIB não significa que as pessoas estão em melhor situação, não refletindo em maior bem-estar, já que o produto pode estar concentrado em pequena parcela da população.

Já pela ótica da produção, o VAB é mensurado inicialmente a partir dos três principais setores da economia, esses responsáveis por mobilizar os recursos produtivos com o objetivo de produzir bens e serviços utilizando tecnologia específica, para suprir as necessidades dos consumidores. O primeiro deles é o setor primário (agropecuária), composto pelas lavouras, produção animal (pecuária), caça, pesca, extração vegetal, reflorestamento e indústria rural. (SOUZA, 2007).

Já o setor secundário (indústria), é formado pela indústria extrativa mineral, mineral não metálico, petróleo e gás; indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. A indústria de transformação pode ser desdobrada em grande número de indústrias: siderurgia, metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transporte, química, petroquímica, plástico, eletrônica, vestuário, mobiliário, produtos alimentares, etc. E, o setor terciário (serviços) inclui o comércio, transportes, comunicações, instituições financeiras, administração pública, educação e saúde, autônomos e outros serviços. (SOUZA, 2007).

O PIB, mensurado pelo VAB, ainda é composto pelo saldo da conta de produção sendo aumentado pelos impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. Assim, a soma dos valores adicionados dos setores de atividade, difere do total da economia, pois os impostos sobre produtos estão incluídos. Isso ocorre porque ao calcular o VAB de um setor econômico específico, os impostos sobre produtos são adicionados ao VAB e os subsídios são subtraídos. (FEIJÓ; RAMOS, 2008).

A administração pública pode ser tratada a parte do setor terciário, de forma que o VAB da administração pública é estimado pela soma dos custos de produção, que incluem o consumo intermediário (bens e serviços usados durante o processo de produção) e a remuneração dos assalariados (salários pagos aos funcionários públicos). (FEIJÓ; RAMOS, 2008).

Entendido o conceito do crescimento, medido pelo PIB, optou-se por mensurar o crescimento econômico dos municípios paranaenses, a partir da distribuição per capita do PIB em cada município. Embora entenda-se que a estratégia de crescimento econômico per capita por si só não traz benefícios para a sociedade, pois variações deste produto bruto per capita não necessariamente atingem todas as pessoas, já que a métrica não reflete propriamente a distribuição deste produto. Mesmo assim, Mankiw (1999) afirma que o PIB per capita é definido como a renda e a despesa média da economia, e tem como objetivo analisar o bem-estar econômico do indivíduo.

Segundo IBGE (2023c) o PIB per capita é obtido através da divisão do PIB pela quantidade de habitantes, e mede quanto do PIB que corresponde a cada indivíduo de um país se todos os recursos fossem distribuídos de forma equitativa. Já Melo e Morandi (2021) afirmam que é também usado para avaliar a renda média da sociedade (PIB per capita = PIB dividido pela população), na capacidade de um país para desenvolver riqueza. No entanto, o PIB e o PIB per capita não podem fornecer uma compreensão que possa ser analisada frente a distribuição de renda.

2.1.2 O Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM

Conforme Bagolin e Comim (2008) o conceito de desenvolvimento humano se baseia na ideia de que a qualidade de vida de uma sociedade não pode ser avaliada apenas com o crescimento econômico, sendo mais do que isso, é um conceito profundo que vai além do significado de uma “vida boa”. A partir deste aspecto, o Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM busca constituir uma avaliação que se aproxima da ideia de desenvolvimento.

O próprio índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é composto por indicadores em três dimensões, estas: esperança de vida, educação e renda, em uma escala que varia de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais se aproxima de 1, mais elevado é o nível de desenvolvimento humano. (PNUD, 2023c).

Já o IPDM, conforme pontua Iparades (2010), engloba as dimensões de renda, emprego e produção agropecuária; saúde; e educação, também apresentado em escala variando entre 0 e 1, cada qual é responsável por um terço (33,33%) do índice final, sendo os municípios com IPDM de 0 a < 0,4 considerados de baixo desempenho,

de 0,4 a < 0,6 com desempenho médio baixo, de 0,6 a < 0,8 com desempenho médio, e de 0,8 a 1,0 com alto desempenho. As variáveis que compõem o IPDM podem ser observadas no Quadro 1.

Dimensão	Variável	Peso no IPDM
Emprego, Renda e Produção agropecuária	Remuneração média Emprego Formal Produção agropecuária	33,33%
Educação	Atendimento à educação infantil; taxa de não distorção idade série; taxa de abandono; média do IDEB.	33,33%
Saúde	Percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo; percentual de óbitos por causas de mal definidas; percentual de óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis por nascidos vivos.	33,33%

Quadro 1 – Variáveis que compõem o índice IPDM – IPARDES

Fonte: IPARDES (2018)

De acordo com o IparDES (2018), o IPDM, na dimensão emprego e renda, engloba uma análise detalhada das seguintes dimensões e variáveis: a) remuneração média absoluta: dada na taxa de crescimento com base nos dados da relação anual de informações sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-TEM), sua pontuação baseada nos percentis 99 e 1, onde municípios acima do P99 recebem pontuação 1, e os abaixo do P1 recebem 0; b) emprego formal: usa dados da RAIS-MTE e da projeção populacional do IPARDES, avaliando o índice de formalização, taxa de crescimento do emprego e a participação no emprego estadual; e c) produção agropecuária: com indicadores calculados a partir dos dados do IBGE, trata do Valor Bruto da Produção - VBP agropecuário estadual e da taxa de crescimento do VBP.

Na via da educação, conforme IparDES (2018), é avaliado o ensino infantil, fundamental e médio com base em critérios de atendimento à educação infantil, taxa de não distorção idade-série, percentual de docentes com curso superior, taxa de não abandono e média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Já na dimensão da saúde, são empregados dados da Secretaria da Saúde - SESA e da projeção populacional do IparDES. Considera o percentual de consultas pré-natais adequadas, percentual de óbitos por causas mal definidas e percentual de óbitos evitáveis em relação aos nascidos vivos. Cada critério tem seus próprios pontos de corte (percentis 1 e 99), e é atribuída uma pontuação proporcional com base na posição do município em relação a esses percentis, refletindo assim a performance dos municípios em diversas áreas. (IPARDES, 2018).

Entendidos os aspectos do crescimento e do desenvolvimento apresentados neste estudo pelas métricas do PIB per capita e do Índice Iparde de Desempenho Municipal – IPDM, a seção 2.2 se volta ao olhar regional no debate do crescimento e do desenvolvimento.

2.2 O desenvolvimento e crescimento regional

Pensar o crescimento e o desenvolvimento a nível regional ressalta a importância de se considerar os aspectos e as vocações de cada contexto, fato que levou as teorias de desenvolvimento e crescimento regional. O desenvolvimento exibe uma distribuição desigual que, uma vez desencadeada em locais específicos, exibe a propensão de potencializar as regiões de maior atividade econômica em detrimento das regiões menos dinâmicas. (LIMA; SIMÕES, 2009).

O conceito de efeito de encadeamento, na visão de Hirschman, se refere à ideia de que um aumento na produção interna não apenas gera mais produtos, mas também tem efeitos positivos em toda a cadeia produtiva. À medida que a produção interna aumenta, mais renda é gerada e leva a um aumento no consumo interno. Esse aumento no consumo leva a uma maior demanda por produtos, incentivando mais produção e, portanto, gerando mais renda que explica o crescimento das atividades e a formação de polos de crescimento. (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Conforme a teoria dos polos de crescimento proposta por Perroux, o crescimento econômico não ocorre de maneira simultânea e uniforme em todos os pontos de um território. Pelo contrário, ele emerge de forma concentrada em pontos específicos de determinadas regiões ou polos de crescimento. Esses polos atuam como centros impulsionadores do desenvolvimento econômico, enquanto outras áreas podem experimentar um progresso mais lento. (PERROUX, 1967).

A expansão econômica em uma determinada localidade poderia ter efeitos negativos ou regressivos sobre outras áreas adjacentes ou dependentes. As regiões que têm um crescimento econômico significativo, podem apresentar concentração de investimentos, recursos e oportunidades na localidade, atraindo imigração em massa de outras regiões, mas não necessariamente conduz a um aumento semelhante no

desenvolvimento regional, já que podem acarretar em desigualdades e intensificar as disparidades entre as regiões. (MYRDAL, 1965).

Myrdal (1965) retrata como o crescimento econômico e o desenvolvimento em uma determinada região podem levar a uma trajetória de crescimento contínuo, chamado ciclo vicioso, ou a uma trajetória de declínio contínuo. A ideia central é que certos fatores iniciais, como o crescimento econômico, podem gerar um impulso que leva a mais crescimento, amplificando-se ao longo do tempo.

O [...] poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortaleceram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma. (MYRDAL, 1972, p. 52).

De acordo com Perroux (1967) os polos econômicos são as concentrações de atividades industriais que geram riqueza e mercados para as áreas que as cercam. Podem ser vistos como um conjunto de empresas motrizes que exercem influência sobre toda a cadeia econômica. A formação dos polos está na concentração e na expansão de uma atividade industrial distribuída em uma área geográfica que é responsável pela variação nos fluxos e produtos.

A ideia de noções de espaço econômico é moldada por elementos geográficos e características específicas. No contexto regional, as cidades ocupam posição central na análise, dado o complexo conjunto de relações econômicas e sociais que ocorrem. Boudeville (1972) retrata três noções de espaço, sendo: a) espaço homogêneo: caracterizado por regiões, territórios ou áreas que compartilham características físicas, econômicas e sociais semelhantes; b) espaço polarizado: a dependência de concentração e da existência de um centro econômico influenciando áreas periféricas; e, c) espaço piloto: um plano de desenvolvimento econômico comum orienta esses territórios, estabelecendo condições de planejamento e regulamentos que governam, que são tomadas as mesmas decisões e dependem de uma matriz.

Hilhorst (1973) mostra que à medida que as economias se desenvolvem, observa-se o crescimento de regiões baseado em uma estrutura centrada na exportação e nas matérias-primas. Estas matérias-primas frequentemente têm origem na agricultura e incluem produtos como grãos, produtos pecuários, minerais. O desenvolvimento econômico leva à especialização regional, onde determinadas áreas se destacam na produção de certos tipos de produtos. Essas mercadorias são então

exportadas para outras regiões, impulsionando a economia local e, contribuindo significativamente para a economia nacional.

North (1977) vê a importância da especialização e ampliação das atividades de exportação como motores do desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional começa inicialmente com a base econômica e resulta na compreensão da integração de uma região somente quando se analisam o perfil e a disseminação das atividades fundamentais no espaço geográfico, o que promove a incorporação da economia regional e economia nacional. Esse enfoque gera um ciclo de benefícios que vai desde o estímulo ao surgimento de novas atividades até a diversificação setorial, impulsionando assim o crescimento econômico e a prosperidade local.

A ideia de Von Thünen era encontrar um ponto de maximização da renda em diversas localizações, considerando os custos de transportes. Uma região isolada do resto do mundo tornando-se concentrada, à medida que se afasta da cidade, a terra seria usada para produtos com custos de transporte mais baixos, onde diferentes produtos são cultivados em círculos, com custos de transporte inversamente proporcionais à sua distância da cidade central. (CAVALCANTE, 2015).

Um papel fundamental na localização são os custos de transporte que se referem aos gastos associados ao transporte de matérias-primas. A proximidade ou distância de uma empresa em relação aos seus fornecedores, tem um impacto direto nos custos de transporte, quanto mais distante uma empresa estiver desses pontos, maior será o custo de transporte, incluindo despesas com frete. Isso influencia diretamente na decisão das empresas sobre onde estabelecer suas operações, empresas geralmente procuram minimizar os custos de transporte, escolhendo locais próximos a fornecedores e mercados-chave. (RICHARDSON, 1975).

Para Weber, as indústrias partem do pressuposto da existência de custos de transportes em cada local, a localização é determinada no ponto em que os custos de transporte são minimizados. Admite-se que se os custos de mão-de-obra mais baixos compensarem os custos de transporte mais altos, as indústrias tenderão a se estabelecer em regiões onde o custo da mão de obra é menor. (CAVALCANTE, 2015). Uma vez percebida a dinâmica regional, o restante do capítulo, seção 2.3, trata a respeito do conceito de mobilidade.

2.3 Os condicionantes da mobilidade do desenvolvimento e do crescimento

A seção é central na análise, ao retratar desde o conceito aos condicionantes da mobilidade, permitindo identificar atributos responsáveis por ocasionar a mobilidade ascendente. Inicia, seção 2.3.1, propriamente com o conceito de mobilidade, explorando suas dimensões e implicações nos cenários econômicos e sociais na visão de diversos autores.

Segue, seção 2.3.2, tratando dos principais condicionantes relacionados a mobilidade em um contexto de renda, já que muito da literatura se volta a esta discussão. Identifica fatores endógenos que desempenham papéis na determinação das trajetórias econômicas. Juntos, esses aspectos fornecem uma análise abrangente da mobilidade econômica e sobre os mecanismos subjacentes que podem impulsionar ou restringir o progresso econômico e o bem-estar social, foco deste estudo.

2.3.1 O conceito de mobilidade

O foco central deste estudo é tratar das mudanças na posição relativa dos municípios paranaenses quanto ao PIB per capita e ao IPDM, mudanças estas denominadas pela literatura de mobilidade, deste modo, é relevante esclarecer seu conceito. Inicialmente é importante entender que a análise da mobilidade e dos mecanismos por meio dos quais ela opera, constituem ferramentas importantes para a formulação de políticas. Quando os governos possuem informações detalhadas sobre as maneiras mais efetivas de promover a mobilidade ascendente e evitar a mobilidade descendente, eles podem direcionar seus esforços de forma mais direta e precisa. (CUESTA et al., 2011).

Paschoal (2008) afirma que os movimentos de mobilidade podem ser totais (absolutos) ou relativos. Um movimento absoluto ocorre quando há mudança na posição de todos os indivíduos em uma distribuição socioeconômica. Todas entidades analisadas experimentam os mesmos ganhos ou as mesmas perdas, em relação a determinado indicador socioeconômico, resultando em uma alteração global na distribuição socioeconômica da população. Já um movimento relativo ocorre quando

há trocas de posição entre os indivíduos dentro de uma mesma distribuição socioeconômica, sem implicar as mudanças que acontecem no nível do indicador.

A mobilidade relativa referindo-se a uma medida de mobilidade como "fraca e relativa" se ela se mantiver igual quando a escala de renda for multiplicada por um valor positivo, indica que mesmo com mudanças nas escalas de renda, a medida de mobilidade permanece constante. A maioria das medidas comuns de mobilidade se enquadra nessa categoria, sendo a abordagem relativa dominante tanto na mobilidade de renda quanto na teoria da desigualdade de renda. (FIELDS; OK, 1996).

De acordo com Checchi e Dardanoni (2002), a mobilidade absoluta entre gerações está relacionada à distância entre as distribuições marginais das variáveis socioeconômicas de pais e filhos, considerando tanto a localização quanto a dispersão. Em outras palavras, analisa o quão longe as posições socioeconômicas dos pais e dos filhos estão uma da outra nas distribuições de dados, levando em conta como estão distribuídas. Já a mobilidade relativa entre gerações está associada a uma relação positiva entre as posições ocupadas por pais e filhos em suas respectivas distribuições marginais, com isso os filhos ocupam posições socioeconômicas semelhantes ou melhores do que seus pais.

A mobilidade de renda refere-se às mudanças na posição econômica de indivíduos ou famílias ao longo do tempo ou entre gerações. Assim como as pessoas mudam de uma classe de renda para outra ao longo de suas vidas ou como a posição econômica dos filhos se compara à de seus pais. (FIELDS; OK, 1996).

Além disso, a mobilidade pode ser intergeracional e/ou intrageracional. Uma mobilidade intergeracional denota mudança na posição social de uma geração para outra, os indivíduos pertencentes a uma determinada geração alcançam uma posição social diferente daquela ocupada por seus pais. Essa mudança social também faz com que a geração adote uma nova maneira de viver e pensar, sendo afetada pelas diferenças na educação dos pais e dos filhos, mudanças na população e mudanças na ocupação. (SOROKIN, 1964).

Para Figueiredo (2010) a mobilidade intergeracional focaliza sua atenção na dimensão renda, analisando a passagem dos salários entre as gerações, em geral de pai para filho, que influenciam as oportunidades e a posição socioeconômica dos filhos à medida que estes se tornam adultos. Já a mobilidade intrageracional trata das mudanças no efeito da renda presente e o *status* social, no tempo sobre o nível de renda futuro de um mesmo indivíduo.

A mobilidade intrageracional é um reflexo de decisões tomadas que trata de mudança de posição econômica. A mobilidade de renda não é apenas o resultado de decisões individuais, como investimentos em educação, mas também é afetada por fatores macroeconômicos, dinâmicas do mercado de trabalho e políticas institucionais. Ainda mais, as políticas de redistribuição de renda, quando direcionadas para os estratos mais desfavorecidos da população, podem exercer impacto sobre a mobilidade econômica. (ANTIGO; MACHADO, 2013).

A mobilidade intrageracional é o processo de avaliar a evolução na ocupação e *status* social de um indivíduo ao longo de sua carreira, comparando sua ocupação inicial com sua posição profissional atual. Ela representa a dinâmica de progressão sócio-ocupacional que ocorre durante a vida profissional de uma pessoa. Em contraste, a mobilidade intergeracional refere-se à análise das mudanças sociais e ocupacionais entre diferentes gerações, especialmente entre pais e filhos. Ela investiga se ocorreram alterações no status ocupacional ao longo do tempo, comparando as ocupações dos pais com as ocupações de seus filhos. (DALLE, 2015).

Outro conceito importante, de acordo com Gilio (2000), é o de mobilidade estrutural, já que se refere às mudanças na estrutura da sociedade que resultam em alterações na industrialização ou no crescimento econômico de modo rápido, ocorrendo oportunidades e posições ocupacionais dos indivíduos. A mobilidade circular, por outro lado, refere-se às mudanças de posição ocupacional ou socioeconômica que ocorrem dentro de uma mesma categoria ou nível, para uma pessoa subir a outra precisa desocupar a posição.

Para a mensuração da mobilidade são necessárias pelo menos duas observações, inicial e final, cujos resultados podem ser diversos, sendo: I: (1,3) → (1,3), indicando imobilidade, já que não houve alteração alguma nas posições relativas ou na renda. No caso da renda em t (período final) seria determinada pela renda em $t-1$ (inicial), ou pelo nível de renda do pai, em contextos intergeracionais; II: (1,3) → (3,1), ocorre dependência negativa em relação a renda inicial, com inversão da posição relativa; e III: (1,3) → (2,2), não existem indícios de dependência da renda em $t-1$, mas como resultado tem-se a igualdade da renda em t . (FIELDS; OK, 1996).

Fields et al. (2007) tratam da mobilidade em cinco categorias distintas, sendo: a) dependência do tempo - como a proporção em que o bem-estar econômico atual de um indivíduo é influenciado pelo seu bem-estar econômico passado; b) movimento posicional - relacionada à capacidade de um indivíduo de subir ou descer na escala

de renda em comparação a distribuição de renda; c) movimento compartilhado - o movimento das ações geralmente não é medido explicitamente em estudos empíricos, pois tende a ser igual a zero; d) movimento simétrico da renda - envolve a mensuração das alterações absolutas na renda ao longo do tempo; e) movimento direcional da renda - distingue entre movimentos ascendentes e descendentes.

Alguns autores tratam do conceito de mobilidade relacionado a educação, indo além da análise comumente empregada pela literatura que aborda renda. Para Neidhöfer et al. (2018) os parâmetros procuram avaliar a mobilidade social e a igualdade de oportunidades com base nas chances de filhos superarem as circunstâncias iniciais de educação de seus pais. A medida da probabilidade de mobilidade ascendente trata das chances desses filhos superar suas origens socioeconômicas e alcançar uma educação melhor, e permite ainda avaliar a probabilidade de persistência da classe alta, indicando até que ponto as vantagens educacionais dessas famílias são mais privilegiadas.

Para Yuan (2017) a probabilidade sugere que, em muitas sociedades, as crianças de pais extremamente ricos ou extremamente pobres têm uma tendência maior de permanecerem em seus respectivos níveis de renda. Já filhos de famílias que estão em posições intermediárias na escala socioeconômica têm mais mobilidade de renda, tanto para cima quanto para baixo.

O grau de mobilidade de renda, para Antman e Mckenzie (2005), pode ser influenciado por uma série de fatores, incluindo, estruturas econômicas, educação e oportunidades. Portanto, o entendimento desses fatores, seção 2.3.2, e a análise cuidadosa do processo de mobilidade são essenciais para avaliar a eficácia da igualdade de oportunidades e a equidade na distribuição de renda em uma sociedade.

2.3.2 Condicionantes da mobilidade do crescimento e do desenvolvimento

Entendidos os conceitos sobre crescimento, desenvolvimento e mobilidade, o passo seguinte é identificar na literatura os principais condicionantes da mobilidade ascendente, para perceber sua associação (Capítulo IV) com maiores níveis de PIB per capita e IPDM. A seção retrata muito dos condicionantes da mobilidade de renda, já que a literatura sobre mobilidade de crescimento e desenvolvimento é incipiente.

Cuesta et al. (2011) relata que é importante que os governos possam compreender as ferramentas para formular políticas que gerem mobilidade, para que os indivíduos possam subir na escala de renda e evitar as quedas. Os governos podem criar um ambiente onde as pessoas tenham oportunidades de prosperar, independentemente de seu ponto de partida na escada da renda.

Se as características do crescimento econômico contemporâneo estão interligadas, seja porque uma induz a outra numa sequência de causa e efeito, ou porque são todas efeitos simultâneos de um conjunto comum de fatores subjacentes, deve-se observar outra ligação importante e plausível. A disseminação em larga escala das inovações tecnológicas constitui a maior parte do conteúdo que diferencia o crescimento econômico moderno, estando relacionada ao avanço da ciência, que, por sua vez, é a base para futuros progressos tecnológicos. (KUZNETS, 1985).

Mudanças tecnológicas tendenciosas favorecem os indivíduos com as mais altas dotações de capital físico e humano. Enquanto as inovações se multiplicam, os profissionais habilidosos, capazes de se adaptar e se destacar em ambientes digitais e tecnologicamente avançados, tornam-se ativos inestimáveis para as empresas, assim, a escassez dessas competências impulsiona queda dos salários, criando um cenário onde a disparidade entre os salários dos trabalhadores qualificados e não qualificados se distancia. (FIELDS et al., 2015).

Antman e McKenzie (2005) sugerem que por meio do processo de mobilidade social, tem-se uma distribuição de renda ao longo da vida mais equitativa, mesmo quando existe uma desigualdade de renda em um único período específico. Barros et al. (2001), enfatizam que as estratégias de redução da pobreza devem integrar ações que promovam tanto o crescimento econômico quanto a equidade, já que a pobreza estaria ligada a carência geral de recursos, indicada pela baixa renda per capita, e a má distribuição dos recursos existentes, evidenciada pela concentração de renda.

Outro atributo importante, para Antman e McKenzie (2005), são as restrições ao crédito, inclusive responsáveis por criar as chamadas "armadilhas de baixa mobilidade". Essas armadilhas ocorrem quando famílias que dependem de empréstimos para financiar investimentos, enfrentam obstáculos significativos para acumular riqueza ao longo do tempo.

O ciclo vicioso da pobreza é caracterizado por fatores macroeconômicos como elevação populacional não ativa economicamente, baixas taxas de poupança e investimento, renda per capita reduzida, baixa substituição de tecnologia pelo trabalho

humano e atividade econômica limitada. Em nível microeconômico é marcada por alta dependência entre gerações, mulheres com barreiras no mercado de trabalho, e mobilidade familiar limitada. Estes elementos criam um ciclo persistente de pobreza, dificultando a quebra desse padrão ao longo do tempo. (ALVES; CAVENAGHI, 2009).

A acumulação de recursos tangíveis e intangíveis cria uma dinâmica que favorece aqueles financeiramente bem posicionados, podendo fortalecer a vantagem cumulativa. A persistência da vantagem cumulativa, que contribui para a mobilidade divergente, está ligada à teoria das armadilhas de pobreza, as pessoas que não possuem os recursos humanos, físicos e sociais essenciais estão destinadas a uma vida de pobreza da qual é extremamente difícil de se locomover. (FIELDS et al., 2015).

Barros e Mendonça (1997) entendem que a relação entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza é fundamental para desenvolver políticas eficazes de combate à pobreza. A sensibilidade relativa da pobreza ao crescimento econômico e às reduções na desigualdade podem variar em diferentes contextos e em diferentes estágios do desenvolvimento econômico.

Ferreira e Veloso (2003), ao tratar sobre mobilidade intergeracional de educação no Brasil, percebem significativa transmissão educacional entre as gerações, indicando que as oportunidades educacionais dos pais têm influência considerável na educação de seus filhos. Essa transmissão educacional pode resultar em uma persistência das desigualdades educacionais ao longo das gerações.

A educação é importante, já que maiores níveis de educação tanto podem ser influenciados por uma maior renda per capita familiar, quanto pelo nível educacional dos pais, como também, no longo prazo, promover acesso a maiores níveis de renda. Pais com maior nível de educação tendem transmitir o atributo aos filhos, elevando as chances de acesso ao maior nível de educação de qualidade, conseqüentemente encontram melhores oportunidades de renda. (FERREIRA; VELOSO, 2003).

A mobilidade educacional é um indicador significativo de progresso social, pois sugere que as gerações mais jovens estão conseguindo superar as limitações educacionais de suas mães. Uma população mais escolarizada favorece o aperfeiçoamento das condições gerais de vida, pois tende a fazer melhor uso da informação, exercer seu poder de crítica e contribuir para a elevação do nível de desenvolvimento e organização da sociedade. (LONGO; VIEIRA, 2017).

Além disso, a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos indivíduos e das nações. Mosquera (2011) atribui a educação um

instrumento poderoso para transformar as habilidades e capacidades dos indivíduos em um agente produtivo, permitindo-lhes agregar valor à economia e melhorar seu próprio espaço na sociedade. É um dos pilares fundamentais ao desenvolvimento humano, fornece oportunidades para melhoria das condições e da qualidade de vida.

Conforme Mitnik et al. (2016) em sociedades desiguais, as classes privilegiadas têm maiores oportunidades e melhores condições para avançar socioeconômica e educacionalmente. Sendo assim, a probabilidade de transição, principalmente entre os estratos inferiores de renda, é considerada baixa.

De acordo com Baulch e Hoddinott (2000), no longo prazo, é preciso olhar mais atentamente para as trajetórias de bem-estar das famílias do que para a frequência com que entram e saem da pobreza, algumas famílias são consideradas pobres a longo prazo e podem ser excluídas do grupo-alvo devido a circunstâncias favoráveis de curto prazo. Sugere-se que a mobilidade influencia o bem-estar da família em que irá variar em resposta à sua dotação de ativos, percepção da família dos retornos aos ativos, choques idiossincráticos e covariantes e o mapeamento da renda e consumo.

A análise dos choques sejam eles transitórios ou permanentes é tratada por Barrett et al. (2006), para compreender as complexas dinâmicas econômicas enfrentadas pelas famílias. Os choques transitórios podem causar instabilidade financeira temporária, certas eventualidades (perda temporária de emprego, gastos inesperados, enfermidade) enquanto choques permanentes podem ter implicações a longo prazo para o padrão de vida das famílias afetadas, como ativos (morte de um provedor da família, invalidez permanente, perda de recursos naturais).

Algumas pessoas caem na pobreza temporariamente e logo são capazes de voltar ao normal, já outras são pobres desde o nascimento ou sofrem algum tipo de contratempo e permanecem pobres por muito tempo depois disso. Os dois últimos tipos de pessoas pobres podem cair na armadilha da pobreza e ficarem presas, enquanto o primeiro tipo mantém a mobilidade econômica. (BARRETT et al., 2006).

O bem-estar financeiro de uma família em qualquer tempo é influenciado por sua dotação de ativos inicial, percepção sobre os retornos dos investimentos, eventos inesperados e a relação entre renda e gastos. A poupança e os investimentos ajudam a suavizar os padrões de gastos, mas não são parte de uma estratégia de longo prazo para acumulação de riqueza. (BAULCH; HODDINOTT, 2000).

Segundo Barrett et al. (2006) quando as pessoas ou grupos presos em armadilhas de pobreza conseguem acesso a mais ativos (como terra, educação ou

ferramentas de trabalho) e oportunidades de acumulação, eles podem melhorar sua produtividade e, por consequência, sua situação financeira. É necessário políticas que busquem remover essas barreiras e proporcionar acesso a recursos produtivos, gerando impacto significativo na melhoria do bem-estar dessas pessoas ou grupos, muitas vezes mais do que simplesmente aumentar a produtividade de forma geral.

Conforme as análises de Ugá (2004), há duas abordagens distintas na luta contra a pobreza. A primeira estratégia consiste em identificar políticas que estimulem a criação de novas oportunidades econômicas, permitindo que os indivíduos pobres possam aumentar sua renda. Ao obterem mais recursos financeiros, essas pessoas poderiam superar o limiar da pobreza e serem classificadas como não pobres. É destaque o papel das políticas focalizadas no aumento do capital humano, além da relevância do crescimento econômico na redução da pobreza. A segunda estratégia propõe que o governo forneça serviços sociais, educação e cuidados de saúde aos cidadãos de baixa renda, focaliza no desenvolvimento do "capital humano" dos indivíduos, buscando diminuir a pobreza e gerar mobilidade ascendente.

Vale mencionar, como observado por Fields et al. (2015), que a desigualdade não está necessariamente correlacionada com os padrões de renda. É possível aumentos de renda tanto nas famílias mais ricas quanto nas mais pobres, sem que isso influencie os indicadores de desigualdade. Isso ocorre quando as variações entre os estratos sociais acontecem na mesma direção e em proporções semelhantes.

Segundo Marin et al. (2012), adotar a perspectiva das capacitações permite uma compreensão mais aprofundada da natureza e das razões por trás da pobreza e das privações. Isso implica deslocar o foco dos meios, como a renda, para os objetivos que as pessoas têm, seja no direito de buscar e nas liberdades que possuem para alcançar esses objetivos. No entanto, é importante observar que a renda desempenha um papel crucial como meio para adquirir capacitação.

As duas perspectivas (inadequação de capacitação e pobreza com baixo nível de renda) estão interconectadas. Melhorar a educação básica e os serviços de saúde amplia o potencial das pessoas para obter renda, possibilitando, assim, que elas escapem da pobreza, medida pela sua renda. Quanto mais abrangente for o acesso à educação básica e aos serviços de saúde, maior será a probabilidade de até mesmo aqueles que estão em situação de potencial pobreza conseguirem superar as dificuldades financeiras. (MARIN et al., 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente o Capítulo explora a natureza da investigação científica, enfocando sua busca pela precisão e sua capacidade de confirmação empírica. A investigação científica vai além da mera exposição dos fatos, envolvendo a construção de interpretações significativas dos dados, o que requer uma correlação entre a pesquisa e o contexto teórico. Avança tratando sobre a abordagem exploratória, que emprega das pesquisas bibliográficas e estudos de caso para proporcionar uma compreensão profunda do problema em análise.

O capítulo segue com a apresentação das variáveis analisadas, uma delas o PIB per capita, e a outra o Índice de Desempenho Municipal do IPARDES, que mede o desempenho dos municípios em renda, emprego, produção agropecuária, saúde e educação. Além disso, explora sobre a área territorial, estabelecimentos de ensino, dados de trabalho e despesas municipais, bem como informações sobre saúde, repasses da União do fundo de participação dos municípios, arrecadações com ICMS e financiamento à agricultura.

Por fim, são destacadas as ferramentas da estatística descritiva empregadas para a análise dos dados, incluindo média, mediana, desvio padrão e coeficiente de variação. Vale destacar a apresentação da matriz de transição, responsável por organizar os dados dos municípios paranaenses em classes de quartis, um dos pré-requisitos para a análise descritiva.

3.1 A caracterização da pesquisa

A ciência tem como objetivo primordial alcançar a precisão dos fatos, nesse aspecto, não difere de outras formas de conhecimento, mas o que a diferencia das demais é sua capacidade de ser confirmada empiricamente. (GIL, 1994). O propósito da investigação científica não se limita a uma mera exposição ou narrativa dos fatos coletados empiricamente, já que, para Marconi e Lakatos (2007), envolve, também, a construção de uma interpretação significativa dos dados. Para alcançar esse objetivo, é essencial estabelecer uma correlação entre a pesquisa e o contexto teórico.

O conhecimento científico se diferencia dos demais tipos de conhecimento ao transcender a simples observação dos fenômenos. Surge a partir de uma exploração metódica e sistemática da realidade, buscando entender as causas dos eventos e as leis que os governam. Uma característica fundamental do conhecimento científico é a validação das hipóteses que podem ser testadas e confirmadas empiricamente. (ZANELLA, 2011).

Inicialmente, este estudo, adota uma postura exploratória, uma vez que se encontra na fase preliminar de investigação sobre a temática que envolve a mobilidade, o crescimento e o desenvolvimento. Prodanov e Freitas (2013) consideram que os estudos exploratórios têm como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vai ser analisado, promovendo sua precisão e clareza. Facilitam a delimitação do tema da pesquisa, orientam a fixação dos objetivos e a formulação de hipóteses, ou ainda permitem descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto, as abordagens exploratórias assumem, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

A fase exploratória se deu por meio da pesquisa bibliográfica, contribuindo para a construção do referencial teórico e da definição da metodologia. Seu objetivo central é proporcionar uma compreensão mais profunda de um problema, tornando-o mais claro ou desenvolvendo hipóteses iniciais. Geralmente, é aplicada nas fases iniciais de uma investigação, especialmente quando o pesquisador tem conhecimento limitado sobre o tema em análise, inclusive, pode incluir análise de fontes secundárias, estudos de caso, entrevistas não estruturadas e observações. (GIL, 1999).

A pesquisa bibliográfica, conforme Giannasi-Kaimen et al. (2008), é conduzida com o propósito de explorar o conhecimento de diversos autores em relação ao tema analisado. Essa investigação teórica, baseada na revisão da literatura, auxilia o pesquisador na formulação de suposições e na definição dos pontos que serão investigados em um estudo. Além disso, permite identificar as abordagens metodológicas mais eficazes a serem adotadas na pesquisa.

Gil (2002, p. 45) destaca uma vantagem da pesquisa bibliográfica com fontes secundárias, já que possibilita “ao pesquisador abranger uma variedade de fenômenos muito mais extensa do que a que poderia investigar diretamente, torna-se relevante quando o problema de pesquisa envolve dados amplamente dispersos”.

Outra característica desta investigação é a etapa descritiva, retratada com precisão as características de um grupo ou fenômeno, como pessoas, organizações,

entre outros, em um determinado momento. Para atingir esse objetivo, os pesquisadores utilizam técnicas padronizadas, como questionários, entrevistas estruturadas e observação sistemática. Essas técnicas permitem a coleta de dados quantitativos e qualitativos, que são posteriormente analisados para obter uma compreensão mais profunda do objeto de estudo. (MICHEL, 2009).

A pesquisa descritiva tem como principal propósito a delimitação das características de uma população específica ou de um fenômeno, bem como no estabelecimento de correlações entre variáveis relevantes. Esse tipo de pesquisa visa compreender e descrever detalhadamente a relação entre duas ou mais variáveis, revelando as principais características do objeto de estudo. (TERNOSKI, 2022).

Na etapa descritiva, adotou-se da estatística descritiva, já que permite recolher, organizar, sintetizar e descrever os dados. A etapa inicial de qualquer estudo estatístico é escolher um tema e propor um problema a ser estudado, logo após determinar quais procedimentos serão realizados para a solucionar o problema proposto. (SANTOS, 2007).

Um primeiro passo foi empregar as matrizes, para organizar os municípios em quartis de acordo com seu desempenho quanto ao PIB per capita e IPDM. Uma definição para o termo "matriz" é dada como o um conjunto de quantidades arranjadas na forma de um quadrado ou retângulo, e de acordo com o teorema notável, deve satisfazer uma equação algébrica de sua própria ordem, em que o coeficiente da mais alta potência é igual à unidade (matriz identidade), o coeficiente da potência nula é igual ao determinante da matriz e os demais coeficientes são funções dos elementos da matriz. (CAYLEY, 1858).

Fochezatto e Stulp (2004) apontam que empregar a abordagem da matriz de Markov para examinar a convergência envolve categorizar os contextos naturais em intervalos padronizados com base na média da distribuição da variável em análise. Esse método permite a criação de uma matriz de transição de probabilidades entre essas classes de renda. A análise da convergência só pode ser realizada após essa etapa de construção da matriz de transição.

Uma matriz de Markov de tempo discreto é um tipo de processo estocástico caracterizado pela propriedade de Markov. Sendo conhecida como memória markoviana. Cada linha da matriz representa o estado atual e cada coluna representa o próximo estado possível. As entradas da matriz indicam a probabilidade de transição de um estado para outro em um determinado período de tempo. No contexto de uma

sequência de Markov, representada como X_1, X_2, X_3, \dots , estas variáveis aleatórias formam uma cadeia de Markov. O conjunto de valores que essas variáveis podem assumir é chamado de espaço de estados. Cada X_n representa o estado do processo no instante do tempo n . (JÚNIOR; JÚNIOR, 2006).

Os componentes essenciais de um processo descrito por uma Matriz de Markov incluem: probabilidade $x^i(n)$: representa a chance de o sistema estar no estado i no n -ésimo período de tempo, ou alternativamente, a fração da população em estudo que se encontra no estado i nesse período; probabilidades de transição m_{ij} : indicam as probabilidades de o processo estar no estado i no tempo $n + 1$, dado que estava no estado j no tempo n . Essas probabilidades de transição são sistematizadas em uma estrutura conhecida como Matriz de Markov. (SIMON; BLUME, 2004).

Uma estrutura de matriz, indicada de forma arbitrária pela letra A , demonstrado como $A_{m \times n}$ composta por m conjuntos de n elementos organizados horizontalmente, conhecidos como linhas, e por n conjuntos de m elementos organizados verticalmente, denominados colunas, pode ser representado da seguinte maneira:

$$A = \begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} & a_{13} & a_{1n} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} & a_{2n} \\ a_{m1} & a_{m2} & a_{m3} & a_{mn} \end{pmatrix} \quad (4)$$

Os elementos são organizados em linhas horizontais (também chamadas de m-uplas), e em colunas verticais (também chamadas de n-uplas). Cada elemento na matriz é identificado por seus índices de linha e coluna. (AMORIM et al., 2020). Os elementos acima e a direita da diagonal indicam casos com mobilidade ascendente, quando ocorre mudança positiva na escala social, ao preencher essas novas posições, mudam de uma posição social ou econômica inferior para uma posição superior na hierarquia. (BERARDI, 2015).

Já a mobilidade descendente, é percebida nos escalares abaixo e a esquerda da diagonal, são casos que se movimentam de categorias superiores para posições inferiores. A diagonal principal indica casos de imobilidade, quando permanece na mesma posição ao longo do tempo, sem experimentar mudanças significativas para posições superiores ou inferiores na hierarquia social. (BERARDI, 2015).

Ao utilizar a separação por quartil foi possível dividir os 399 municípios paranaenses em 4 grupos: baixo, regular, médio e alto, através de uma matriz do tipo

A_{4x4} , sendo 4 linhas e 4 colunas em 2014, e acompanhar seu desempenho para 2019. O quartil divide um conjunto de dados em quatro partes iguais, o que permite compreender melhor a distribuição dos valores, o primeiro quartil (Q1) representa o limite inferior do segundo grupo de 25% dos dados, enquanto o terceiro quartil (Q3) representa o limite inferior do último grupo de 25% dos dados, já o segundo quartil (Q2) é equivalente à mediana, dividindo os dados em duas partes iguais. (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A utilização de matrizes de transição, avaliadas em conjunto com a estatística descritiva, é uma valiosa ferramenta para tratar de questões relacionadas à mobilidade e à apresentação de dados. A estatística descritiva trabalha para recolher, organizar, sintetizar e descrever os dados, as etapas iniciais de qualquer estudo estatístico é escolher um tema e propor um problema a ser estudado, logo após determinar quais procedimentos serão realizados para a solucionar o problema proposto. (SANTOS, 2007).

De acordo com Silvestre (2007) a estatística descritiva é uma ferramenta importante para solucionar problemas, permite descrever, organizar e analisar os dados, proporcionando uma maior compreensão das informações e apoiando na tomada de decisões. Dentre as medidas empregadas neste estudo estão as de posição: média e mediana, e as de dispersão: desvio padrão e coeficiente de variação.

Entre as medidas de posição selecionadas, a média aritmética simples é preferida em distribuições simétricas sem extremos, sendo fácil de calcular e amplamente usada em inferências estatísticas, é dada pelo somatório dos valores sendo dividido pelo número de casos. Em situações com valores discrepantes, a mediana é mais apropriada, representando com precisão dados atípicos. A mediana é calculada através do valor central de um conjunto de dados quando esses estão organizados em ordem crescente ou decrescente para encontrar o valor que está no meio da distribuição, se o número dos elementos é ímpar, a mediana é o valor que está exatamente no meio da distribuição após a classificação. (SILVA et al., 2015).

Para as medidas de dispersão, o desvio padrão permite avaliar a variabilidade dos dados em torno da média, quando é zero, indica que todos os valores são idênticos à média, denotando ausência de variabilidade. Já o coeficiente de variação é essencial para comparar a variabilidade entre conjuntos de dados com diferentes unidades de medida ou escalas, proporcionando uma compreensão padronizada da dispersão, é obtido da divisão do desvio padrão pela média. (SILVA et al., 2015).

A natureza desta pesquisa é quantitativa e se destaca pelo uso sistemático de métodos estatísticos, tanto na coleta quanto no processamento dos dados, com o objetivo primordial de mensurar relações entre as variáveis. Nesse tipo de estudo, o pesquisador inicia com um plano cuidadosamente delineado, contendo hipóteses claras e variáveis bem definidas. O enfoque principal reside na medição e quantificação dos resultados da pesquisa, os quais são posteriormente transformados em dados estatísticos. (ZANELLA, 2011).

Quanto aos dados coletados, estes são secundários. Dados de fontes secundárias possibilitam a condução de pesquisas que permitem escolher um tema de acordo com as preferências, habilidades e interesses da pessoa que está elaborando um trabalho científico. Ao utilizar-se as fontes secundárias os pesquisadores podem obter informações contextuais e análises prévias sobre um tema específico, o que pode enriquecer e informar suas próprias investigações. (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Dados secundários são informações obtidas em publicações científicas ou em bases de dados, e permitem uma análise ampla e detalhada, usando como base pesquisas e descobertas já existentes. Diferente de dados primários, em que o portfólio consiste de pesquisas originais, exclusivas para o estudo, são coletados de forma específica para uma investigação particular. (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa faz uso de fontes secundárias que abrangem todos os municípios do Paraná, optou-se por essa escolha do período de 2014 a 2019, porque 2019 representa um ano pré-pandemia, sendo que 2020 e 2021 poderiam apresentar dados tendenciosos puxados pelos efeitos imprevisíveis da pandemia. Foi considerado um quinquênio anterior para estabelecer o período inicial de 2014.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos através da base de dados do IPARDES, IBGE e VIS DATA. Os dados do IPDM foram coletados através do Ipardes (2010), o PIB per capita obtido na base do IBGE (2023d), informações sobre o bolsa família foram recolhidas do Visualizador de Dados Sociais - VIS DATA (2023), e por meio do Ipardes (2023a) foram obtidos dados de área territorial, repasses da União com o fundo de participação dos municípios, financiamentos a produtores e cooperativas, empregos formais e arrecadação de ICMS.

Todas as variáveis monetárias de 2014 foram inflacionadas para 2019. O deflator utilizado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado para fazer a correção de um montante em uma data determinada específica.

O deflator é um índice que corrige valores nominais para valores reais, levando em consideração a inflação ou deflação durante o período. (IBGE, 2023e).

3.2 As variáveis analisadas

Nesse estudo, a base de informações foi extraída das bases do IPARDES, IBGE e VIS DATA, permitindo acesso as informações das variáveis de interesse da pesquisa para os anos de 2014 e 2019. A primeira variável é o PIB per capita dos municípios paranaenses, extraída em IBGE (2023d), consiste no valor total da produção de bens e serviços dividido pelo número de habitantes sendo utilizado para avaliar o padrão de vida médio da população.

Na via do desenvolvimento foi analisado o Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM, obtido na base do Iparades (2010). Mede o desempenho dos municípios paranaenses considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Os resultados da análise variam de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 o valor, maior é o nível de desempenho do município em relação ao indicador mencionado.

Buscando associar a mobilidade do PIB per capita e do IPDM foram relacionadas algumas variáveis a partir da indicação da literatura e da disponibilidade destes dados para todos os municípios paranaenses. Uma primeira é o Programa Bolsa Família – PBF que foi extraído do VIS DATA (2023), o qual atende a famílias em situação de pobreza, nisso foram tratados dados do número de famílias beneficiadas e do valor com os repasses do programa aos municípios. O programa é uma importante ferramenta de inclusão social no Paraná, proporcionando condições mínimas de subsistência para milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Na sequência foram selecionados dados do Iparades no Anuário Estatístico do Estado do Paraná – Iparades (2023a), do qual a área territorial do município (km²) – AT. A área territorial mede a extensão física dos municípios, sendo fundamental para entender a relação do tamanho e da extensão de uma localidade, pois além de permitir análises comparativas entre diferentes regiões, permite analisar o efeito sobre a mobilidade positiva/negativa do PIB per capita e do desenvolvimento.

Outra variável associada ao crescimento e ao desenvolvimento foi obtida do IparDES (2023a), e diz respeito aos repasses da União com o fundo de participação dos municípios do Paraná – FPM. Estes repasses são distribuídos considerando o número de habitantes de cada município, o que resulta em um suporte financeiro mais substancial para as cidades com menor capacidade de arrecadação.

Ainda, foi considerado o montante com as arrecadações do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, a variável foi extraída do IparDES (2023a). Regiões com alta arrecadação de ICMS geralmente têm uma forte atividade econômica, incluindo indústrias, comércio e serviços. Isso pode criar empregos, melhorando as oportunidades de renda para os residentes locais.

Nisso, foram tratados dados do número de empregos formais obtido através do IparDES (2023a). É calculado para verificar, em números, quantas pessoas trabalham formalmente, o acompanhamento desses dados no tempo é valioso para analisar tendências que influenciam o mercado de trabalho. Os contratos de financiamento foi outra variável de destaque na literatura, o financiamento à produtores e cooperativas (F_{pc}) foi considerado, sendo obtido do IparDES (2023a). É calculado somando o total de contratos concedidos a agricultores, cooperativas agrícolas ou empresas agrícolas.

4 A MOBILIDADE DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E DO ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

O Capítulo 4.1 inicia com um contexto de estudo do estado do Paraná, apresentando os dados de localização, população, renda e riqueza. Em seguida os dados apresentados são o PIB per capita, IPDM, bolsa família, área territorial, repasses da União, financiamentos a produtores, empregos formais e arrecadação de ICMS. A seção 4.2, explora a matriz de transição do PIB per capita, analisando os casos que mostraram aumento ou queda na matriz em relação aos valores associados ao bolsa família, área territorial, repasses da União, financiamentos aos produtores e cooperativas, empregos formais e arrecadação de ICMS.

Segue-se com a seção 4.3, que trata da matriz de transição do IPDM, investigando os casos que caíram e subiram, e sua associação com a disponibilidade de recebimentos do bolsa família, área territorial, repasses da União com o fundo de participação dos municípios, financiamentos a produtores e cooperativas, empregos formais e arrecadação de ICMS e ainda com PIB per capita.

4.1 O contexto dos municípios paranaenses

O estado do Paraná está localizado na região Sul do Brasil, sua área territorial é 199.298,981 km², possui 399 municípios e sua população, conforme o último Censo do IBGE de 2022, é 11.444.380 pessoas, sendo que 5.867.030 são mulheres e 5.577.350 são homens. É o quinto estado mais populoso do país, e sua economia experimentou um vigoroso crescimento no século XIX, impulsionada principalmente pela exportação de erva-mate. Após sua emancipação em 1853 o estado cresceu aceleradamente. (IBGE CIDADES, 2023; IPARDES, 2023b; IBGE 2023f).

A densidade demográfica do Paraná é de 57,42 habitantes por km², e se comparado aos demais estados ocupa a 12^a posição entre os 27 estados da federação. A localização geografia do Paraná pode ser observada na Figura 1.

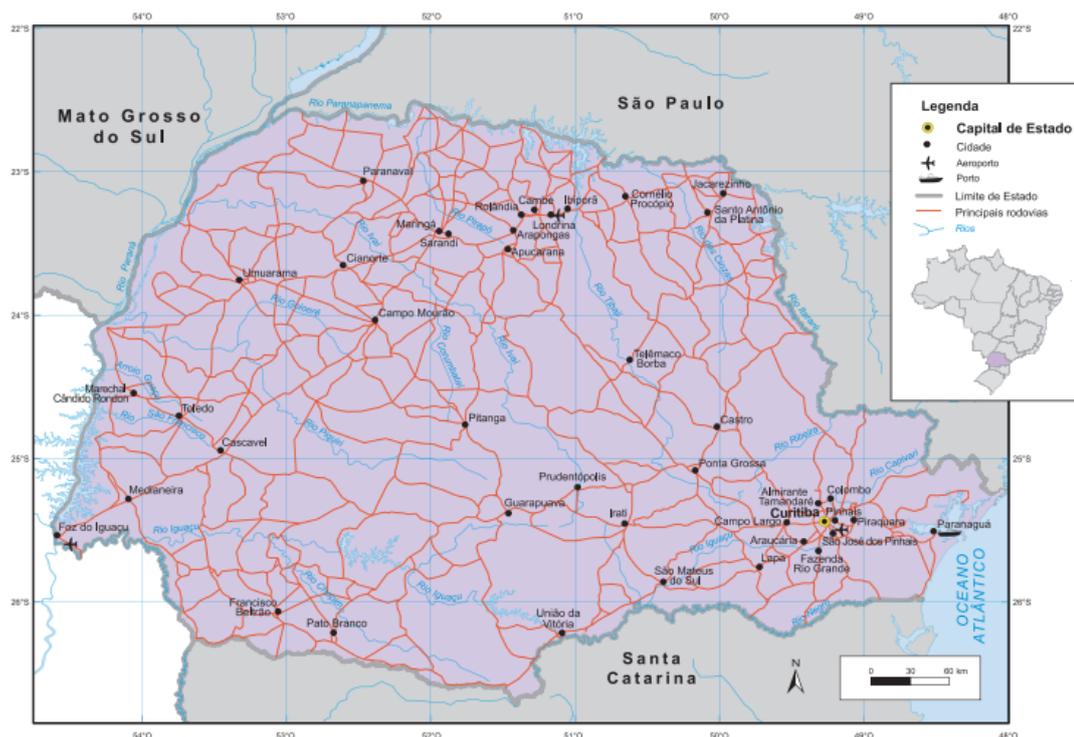


Figura 1 – Localização geográfica do estado do Paraná

Fonte: IBGE CIDADES (2023)

O rendimento nominal médio da população do Paraná, em 2022, foi de R\$ 1.846,00, o que coloca o estado na 6ª posição em comparação com outros estados brasileiros. Esse indicador reflete a média salarial e a distribuição de renda entre os habitantes do estado. Além disso, o IDH do Paraná é 0,769, classificando-o como um estado com um índice de desenvolvimento humano considerado elevado. O Paraná ocupava em 2021 a 7ª posição no ranking nacional, indicando um bom acesso à educação, serviços de saúde e condições de vida relativamente satisfatórias para seus habitantes. (IBGE CIDADES, 2023; PNUD BRASIL, 2023).

No desenvolvimento humano o Brasil apresenta IDH de 0,766, o Distrito Federal sobressai com um IDHM de 0,814 e o estado de São Paulo com o IDHM 0,806, indicando um alto padrão de desenvolvimento humano, já os estados do Maranhão (0,676) e Alagoas (0,684), enfrentam desafios significativos em termos de desenvolvimento humano. (PNUD BRASIL, 2023).

De acordo com Ipardes (2023b) o Paraná se destaca na qualidade do clima e dos solos entre as principais economias do país em commodities agrícolas, sendo um dos principais produtores e exportadores de soja, milho e trigo. Sua receita orçamentária realizada é R\$ 60.163.576,12 e as despesas orçamentárias empenhadas é R\$ 55.534.402,97 conforme dados de 2017. (IBGE CIDADES, 2023).

Na via da geração de riquezas, o Produto Interno Bruto – PIB do estado apresenta crescimento, conforme dados do Gráfico 1.

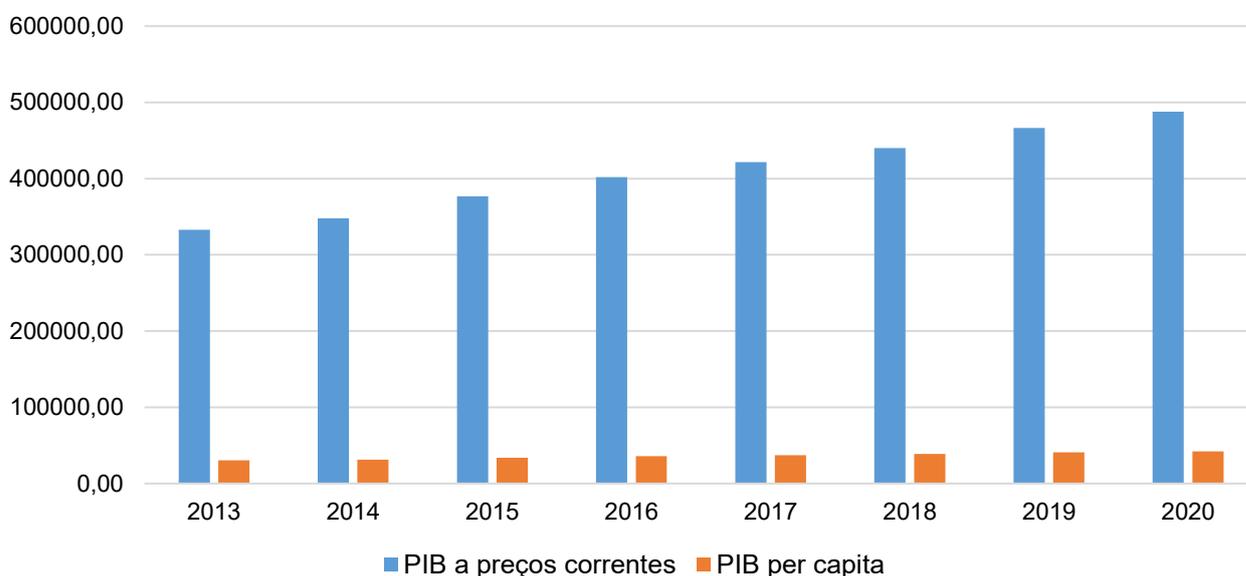


Gráfico 1 – Evolução do PIB e PIB per capita do Paraná

Fonte: IBGE CIDADES (2023)

Os dados do PIB, Gráfico 1, evidenciam que em 2013, o Paraná registrou PIB de 333.481 milhões de reais, refletindo o aumento da riqueza total do país naquele ano. Entretanto, o cenário econômico experimentou uma notável ascensão até 2020, quando o PIB alcançou 487.931 milhões de reais, um aumento nominal de 46,31%. O Paraná aparece em quarto lugar entre os maiores PIB do Brasil. Além do PIB total, é fundamental analisar o PIB per capita, que em 2013 foi de R\$ 30.264,90. Ao longo dos anos, esse valor experimentou um aumento substancial (39,99%) até 2020, atingindo R\$ 42.366,71. (IBGE CIDADES, 2023).

Na composição de riqueza, em 2020, as atividades de comércio e serviços desempenharam um papel fundamental, detendo a maior fatia (41,38% do total). Seguida da indústria, respondendo por 22,78%, já os impostos, que representam uma parcela importante da riqueza, formam 12,62%, e a administração pública representa 11,65%. Nesta composição da riqueza o setor agropecuário, que engloba atividades relacionadas à agricultura e pecuária, contribuiu com 11,58% do PIB em 2020. (IPARDES, 2023b).

Quanto aos dados específicos do objeto desta pesquisa, nota-se, conforme a Tabela 1 o comportamento do PIB per capita entre 2014 e 2019, o qual apresentou um aumento de 3,45% desta média. Em 2014, um total de 244 (61,15%) municípios

registraram PIB per capita inferior à média (R\$ 31.365,78) registrada no estado, dentre os quais a média foi de R\$ 23.064,46. Outras 155 (38,85%) cidades apresentaram PIB per capita superior à média, para as quais a média foi de R\$ 44.433,67.

TABELA 1 – Evolução do PIB per capita dos anos 2014 e 2019

Produto Interno Bruto per capita				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	R\$ 31.365,78	R\$ 27.850,10	R\$ 14.462,08	46,11%
2019	R\$ 32.449,04	R\$ 28.661,38	R\$ 16.185,85	49,88%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IBGE (2023d)

Para 2019 o número de municípios com PIB per capita acima da média caiu - 1,93%, sendo 152 municípios, cuja média com o PIB per capita é de R\$ 46.110,15. Já os municípios que registraram PIB per capita médio inferior à média do estado subiu 1,23% passando para 247 (61,90%) cidades, as quais registraram média de R\$ 24.042,19. A piora na distribuição é reafirmada pelo aumento no desvio padrão e no CV, dados que sugerem não apenas um aumento da atividade econômica em algumas regiões, mas também uma maior variabilidade nos padrões de renda per capita entre os habitantes do estado que conduz ao aumento da desigualdade.

Já na dimensão do desenvolvimento, os números do Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM, conforme Tabela 2, também mostram uma melhoria. Em 2014 a média do IPDM foi de 0,646, com 204 (51,13%) municípios acima dessa média, para os quais a sua média foi de 0,702, e 195 (48,85%) municípios abaixo da média para os quais a média foi 0,587.

TABELA 2 – Evolução do IPDM dos anos 2014 e 2019

Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	0,646	0,648	0,072	11,19%
2019	0,723	0,730	0,056	7,68%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparades (2010)

Para 2019, o IPDM apresentou elevação notável, com variação da média de 11,92%, subindo para 0,723, teve 221 (55,39%) municípios registrando IPDM acima da média, para os quais a média foi de 0,762, e 178 (44,61%) municípios abaixo da média, para os quais a média foi 0,676. Além disso, houve uma redução na dispersão dos valores, como evidenciado pelo desvio padrão, esses resultados indicam um progresso consistente no desempenho municipal ao longo do período analisado,

refletindo melhorias substanciais nas condições socioeconômicas e no desenvolvimento local.

Vale ainda, observar o comportamento de algumas variáveis de interesse sobre a hipótese deste estudo, para, na sequência, tratar de uma possível associação aos movimentos de crescimento/queda do PIB e do IPDM no Estado. Uma primeira trata do número de famílias e do volume financeiro recebido com os repasses do bolsa família, conforme apresentado nas Tabelas 3 e 4.

TABELA 3 – Evolução do número de famílias beneficiárias com Bolsa Família

Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	1.020	517	2.107	206,59%
2019	841	398	1.938	230,54%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do VIS DATA (2023)

Em 2014, o programa beneficiou em média 1.020 famílias nos municípios paranaenses, registrando queda de -17,55% para 2019. Em 2014, 102 (25,56%) municípios registraram número de famílias beneficiárias acima da média estadual, cujo grupo (102 municípios) registrou média de 2.776 famílias, outros 297 (74,44%) municípios registraram número de beneficiários abaixo desta média, entre eles o número médio de famílias foi de 416.

Já em 2019, houve redução no número médio de famílias beneficiárias no estado, chegando a 841, com 88 (22,06%) municípios acima da média, para os quais a média foi de 2.594, e 311 (77,94%) abaixo da média, sendo 344 a média entre os municípios. A variação (DP e CV) continuou alta, mostrando concentração dos repasses em algumas regiões/municípios. A redução no número de beneficiários refletiu ainda no volume recebido com os repasses, ver Tabela 4.

TABELA 4 – Evolução do valor de repasses com o Programa Bolsa Família

Valor Repassado com Bolsa Família				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	R\$ 2.289.605,17	R\$ 1.159.043,33	R\$ 4.635.789,00	202,47%
2019	R\$ 1.776.124,65	R\$ 807.911,00	R\$ 4.315.244,71	242,96%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do VIS DATA (2023)

Em termos de valores, o montante médio repassado pelo programa em 2014 foi de R\$ 2.289.605,17, com 105 (26,32%) municípios acima da média, dentre os quais

o valor médio recebido foi de R\$ 6.105.002,75, outros 294 (63,68%) registraram recebimentos abaixo desta média, para os quais a média foi de R\$ 926.963,17.

Em 2019, houve uma redução de -22,42% no valor médio repassado, acompanhando a redução do número de famílias beneficiadas, conforme Tabela 3. A média em 2019 foi de R\$ 1.776.124,65, com 87 (21,80%) municípios acima da média, entre os quais os repasses médios chegaram a R\$ 5.626.732,92, e outros 312 (78,20%) abaixo desta média, para os quais a média foi de R\$ 702.397,34.

Nota-se ainda que a dispersão dos valores além de permanecer alta, cresceu, indicando forte concentração dos repasses recebidos com o Programa Bolsa Família em alguns municípios paranaenses. Avançando para a apresentação da área territorial dos municípios, a Tabela 5 trata destes dados.

TABELA 5 – Evolução Área Territorial

Área Territorial do Município				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	500,95 km ²	351,12 km ²	453,88 km ²	90,60%
2019	500,95 km ²	348,95 km ²	453,82 km ²	90,59%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Para a área territorial espera-se poucas variações, já que a área do estado do Paraná não tende a crescer e avançar sobre outros estados brasileiros. Em 2014, a média da área territorial dos municípios foi de 500,95 km², permanecendo neste mesmo valor, conforme esperado, em 2019. Em 2014 um total de 128 (32,08%) municípios registraram média territorial acima da média estadual, entre eles a média é de 985.40 km², outros 271 (67,92%) abaixo, para os quais a média é de 272.14 km².

No ano de 2019, os números se mantêm, o que se percebe é apenas pequenas variações na mediana e nas estatísticas de dispersão, indicando que alguns municípios podem ter avançado sua área territorial, enquanto outros, perderam parte de seus territórios. Além da dinâmica territorial, é importante olhar para os repasses recebidos via Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ver Tabela 6.

TABELA 6 – Evolução dos repasses da União com o fundo de participação dos municípios – FPM

Repasses da União				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	R\$ 14.241.458,87	R\$ 7.737.522,40	R\$ 16.442.261,56	115.45%
2019	R\$ 15.302.377,74	R\$ 10.939.234,96	R\$ 17.745.487,34	115.97%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Em 2014, a média com o FPM foi de R\$ 14.241.458,87, com 108 (27,07%) municípios acima desta média, cujo recebimento foi de R\$ 28.709.155,68, e outros 291 (72,93%) abaixo, com volume de repasses recebidos médio de R\$ 8.872.004,38. Em 2019, houve crescimento de 7,45% da média, com 112 (28,07%) municípios registrando volume de repasses superior a esta média, entre os quais o valor médio chegou a R\$ 30.414.218,58, e outros 287 (71,93%) abaixo deste valor médio, cujo volume médio soma R\$ 9.405.074,00.

Apesar desse leve aumento no volume médio com o FPM, a dispersão dos valores manteve-se alta, inclusive com leve aumento, conforme indicado pelo desvio padrão e pelo CV, dados que refletem a forte concentração dos recebimentos com o Fundo de Participação dos Municípios por parte de alguns. Nisso, a Tabela 7 trata do volume em arrecadações de ICMS pelos municípios paranaenses.

TABELA 7 – Evolução da Arrecadação em ICMS

Arrecadação com ICMS				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	R\$ 62.450.236,50	R\$ 1.066.748,29	R\$ 574.323.983,00	920%
2019	R\$ 64.632.688,50	R\$ 1.069.212,18	R\$ 583.732.210,00	903%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IparDES (2023a)

A arrecadação com ICMS média pelos municípios do estado cresceu 3,49% no período, embora a dispersão dos valores seja bastante alta, indicando forte concentração da geração de riqueza em algumas regiões. Em 2014, 25 (6,27%) municípios registraram valores acima da média, para os quais o valor médio com as arrecadações de ICMS chegou a R\$ 922.017.880,98, outros 374 (93,73%) abaixo desta média, sendo que entre estes a média foi de R\$ 4.992.506,27. A concentração das arrecadações por parte de alguns municípios se reflete na mediana, que foi significativamente menor (R\$ 1.066.748,29) em 2014. Essa disparidade entre a média e a mediana indica uma distribuição altamente assimétrica dos valores, que é ainda mais enfatizada pelo desvio padrão e pelo CV.

Em 2019, houve aumento na média de arrecadação de ICMS, avançando também o número de municípios 31 (7,77%) que registraram arrecadações acima deste valor médio, entre eles a média foi de R\$ 773.592.678,77. Outros 368 (92,23%) abaixo do valor médio, cuja arrecadação média é de R\$ R\$ 4.910.515,38. Mesmo com este leve aumento no número de municípios de 25 para 31 que registraram arrecadação acima da média, a dispersão dos dados ainda permanece alta, refletindo

a forte concentração da geração de riquezas que se formaliza nas arrecadações de ICMS por parte de alguns municípios do estado. Já a Tabela 8 lança o olhar para o valor repassado para financiamentos a um dos setores produtivos, que é a agricultura.

TABELA 8 – Evolução do volume com financiamento repassado a produtores e cooperativas

Financiamentos a produtores e cooperativas – repasses				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	R\$ 69.787.502,03	R\$ 26.914.162,40	R\$ 171.064.619,99	245%
2019	R\$ 46.871.056,73	R\$ 21.786.869,01	R\$ 94.323.237,77	201%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Em 2014, (20,55%) 82 municípios registraram volume de recursos com financiamento superior à média estadual, entre estes o valor com os financiamentos foi de R\$ 244.855.913,84, outros 317 abaixo da média, com média entre estes de R\$ 22.632.025,54. Já em 2019, a média de financiamentos diminuiu -32,84%, com 102 municípios acima da média, cuja média foi de R\$ 134.677.830,66, e 297 abaixo (média de R\$ 17.306.486,38).

Os dados sugerem que, embora a média dos repasses de financiamento tenha diminuído, a variabilidade destes repasses ainda é alta, indicando que as vocações produtivas das regiões diferem, alguns municípios tem suas economias mais pujantes em torno da agricultura, enquanto que, em outros, a agricultura não é central. Assim, a Tabela 9 avalia ainda a evolução dos empregos formais.

TABELA 9 – Evolução dos Empregos Formais

Empregos Formais				
ANO	Média	Mediana	Desvio padrão	CV
2014	7937	1403	49614.5	625%
2019	7947	1414	48457.4	610%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Para os empregos formais os dados demonstram pequenas variações no período, sobretudo em relação à média, que registrou um pequeno aumento de 0,12%. Em 2014, 49 municípios apresentaram número de postos de trabalho superior à média do estado, sendo entre esses uma média de 50.947 empregos formais, outros 350 municípios registraram número de postos de trabalho formal abaixo da média estadual (média de 1.916 empregos formais).

Em 2019, houve um ligeiro crescimento dos postos de empregos formais, bem como cresce o número de municípios (52) com empregos formais acima do registrado pela média estadual, dentre os quais o número médio chega a 48.559 postos de trabalho. Outros 347 municípios registraram número inferior a média, sendo dentre eles uma média de 1.861 empregos.

Novamente os altos valores de dispersão dos dados indicam que em alguns municípios o mercado de trabalho formal é mais dinâmico, e melhores são as oportunidades de colocação da população, outros (maioria) apresentam piores oportunidades de colocação no mercado formal de trabalho. Avançando no debate da mobilidade da riqueza e do desenvolvimento as seções 4.2 e 4.3 são centrais desta pesquisa, e buscam uma associação do PIB e do IPDM em relação as variáveis de interesse que foram apresentadas na seção metodológica e nessa seção 4.1.

4.2 A mobilidade do Produto Interno Bruto – PIB per capita no Paraná

A etapa inicial da análise consistiu em estabelecer grupos conforme o quartil do PIB per capita para o ano de 2014, separando os 399 municípios do Paraná em quatro grupos, sendo: baixo (B), regular (R), médio (M) e alto (A) quartil, e acompanhar os movimentos desses municípios nos grupos do quartil para o ano de 2019. Os dados da matriz de mobilidade (transição) estão representados na Figura 2.

Ao avaliar a mobilidade ascendente em relação ao PIB per capita, nota-se que no primeiro grupo, inicialmente classificados como baixo quartil em 2014, 20 casos (5,1%) subiram para o quartil regular, 0,5% (apenas 2) migraram para o médio quartil, e apenas 1 caso (0,25%) passou do baixo para o alto quartil. Um segundo grupo é formado por municípios do quartil regular em 2014, dos quais 3,26% (13) subiram para o quartil médio, e não houve registros de municípios subindo para o alto quartil em 2019. E, ainda, um terceiro grupo que inicialmente em 2014 estavam no médio quartil, 3,01% (12 casos) subiram para o alto quartil em 2019.

Em outro sentido do movimento, ocorreram quedas de municípios no quartil do PIB per capita, sendo que de um primeiro grupo inicialmente classificado em 2014 como regular, 5,26% (21 casos) caíram para o quartil baixo. Outro grupo de municípios do médio quartil em 2014 registrou queda de 14 municípios (3,51%) para o quartil

regular, e de outros 2 (0,5%) para o quartil baixo. E, ainda, um terceiro grupo, formado por municípios do alto quartil em 2014, 13 casos (3,26%) tiveram queda para o médio quartil, neste grupo não houve registro de queda para o quartil regular e baixo.

		2019			
		Baixo	Regular	Médio	Alto
2014	Baixo	77	20	2	1
	Regular	21	65	13	0
	Médio	2	14	72	12
	Alto	0	0	13	87

		2019			
		Baixo	Regular	Médio	Alto
2014	Baixo	19.30%	5.01%	0.50%	0.25%
	Regular	5.26%	16.29%	3.26%	0.00%
	Médio	0.50%	3.51%	18.05%	3.01%
	Alto	0.00%	0.00%	3.26%	21.80%

Figura 2 – Matriz de transição comparativa entre 2014 a 2019 para o quartil do PIB per capita

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IBGE (2023d)

Os dados da matriz indicam que 75,44% dos municípios registraram imobilidade (diagonal principal em cinza), neste grupo, os municípios não registraram mudanças no PIB per capita altas o suficiente para alterar sua classificação de quartil. Já os movimentos ascendentes ou descendentes são expressos pela matriz triangular superior ou inferior, onde 24,56% dos municípios tiveram alguma variação no grupo do quartil, sendo 12,03% com mobilidade ascendente e 12,53% com mobilidade descendente.

Antigo e Machado (2013) reconhecem a prevalência da mobilidade descendente, sendo mais acentuada na estrutura da matriz do que a mobilidade ascendente. Isso se deve à ausência de deslocamentos mais significativos de uma classe na matriz ao longo período. Já Fields e Ok (1996) atribuem que as diferentes características de matrizes de mobilidade podem representar diferentes níveis de mobilidade entre estados, sendo a matriz de identidade associada ao menor nível de mobilidade, e uma matriz com linhas idênticas associada ao maior nível de mobilidade, devido à independência temporal nas transições.

Jackson-Smith (1999) observa também a prevalência da mobilidade descendente, como mais acentuada em comparação com a mobilidade ascendente nas matrizes. Reforça que esta tendência, semelhante a encontrada nos dados da Figura 2, depende da dinâmica, e pode variar conforme a década e o contexto econômico específico, o que pode ser atribuído à ausência de mobilidades mais extensas de uma categoria para outra na matriz entre dois períodos distintos.

É mais comum observar variações de uma classe, e menos frequente notar municípios subindo ou caindo duas ou mais classes do quartil. Em 45 municípios o movimento de subir no quartil é de uma classe apenas, dois casos subiram duas

classes e apenas um município subiu três classes, passando do baixo para o quartil alto. A mesma tendência se repete nos movimentos de queda, 48 casos caíram uma classe do quartil, 2 municípios caíram duas classes, e não houve registro de queda em mais de duas classes. Avançando sobre este olhar, a Tabela 10 apresenta os dados médios dos grupos do quartil e das trajetórias em relação ao PIB per capita.

TABELA 10 – Trajetórias e quartis do Produto Interno Bruto per capita

Estatística descritiva das trajetórias e quartis do PIB per capita						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 17.902,47	R\$ 18.746,75	R\$ 18.127,67	R\$ 19.048,82	12,6	13,8
12	R\$ 20.664,53	R\$ 24.573,26	R\$ 20.812,45	R\$ 24.048,80	5,2	5,3
13	R\$ 20.988,32	R\$ 32.008,24	R\$ 20.988,32	R\$ 32.008,24	1,6	3,4
14	R\$ 21.711,46	R\$ 38.678,23	R\$ 21.711,46	R\$ 38.678,23	NA	NA
21	R\$ 23.192,39	R\$ 21.491,39	R\$ 22.749,87	R\$ 22.053,46	4,6	6,0
22	R\$ 25.152,78	R\$ 25.756,71	R\$ 25.362,14	R\$ 25.723,74	6,2	5,7
23	R\$ 25.386,07	R\$ 31.117,55	R\$ 25.511,99	R\$ 29.971,91	5,9	7,4
31	R\$ 30.627,35	R\$ 21.082,76	R\$ 30.627,35	R\$ 21.082,76	5,4	10,8
32	R\$ 30.040,05	R\$ 27.171,92	R\$ 28.919,58	R\$ 27.635,47	8,6	4,4
33	R\$ 31.750,14	R\$ 32.539,77	R\$ 31.984,48	R\$ 32.445,38	7,6	7,7
34	R\$ 34.840,37	R\$ 39.275,46	R\$ 35.700,65	R\$ 38.382,58	5,9	6,0
43	R\$ 38.973,49	R\$ 35.297,40	R\$ 39.358,80	R\$ 35.754,63	3,2	5,9
44	R\$ 51.895,66	R\$ 53.837,52	R\$ 46.024,23	R\$ 46.480,15	31,9	40,4
1	R\$ 18.554,69	R\$ 19.369,85	R\$ 18.564,35	R\$ 19.588,84	12,7	13,5
2	R\$ 24.767,58	R\$ 25.717,76	R\$ 24.954,52	R\$ 25.723,74	6,7	6,2
3	R\$ 31.859,10	R\$ 32.702,74	R\$ 31.948,70	R\$ 32.621,83	8,4	8,1
4	R\$ 50.215,78	R\$ 51.938,48	R\$ 45.273,11	R\$ 44.361,33	31,9	40,2
PARANÁ	R\$ 31.365,78	R\$ 32.449,04	R\$ 27.850,10	R\$ 28.661,38	46,1	49,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IBGE (2023d)

Conforme a Tabela 10, o PIB per capita no estado do Paraná cresceu 3,45% de 2014 (R\$ 31.365,78) para 2019 (R\$ 32.449,04). No entanto, é notável que nas trajetórias 12, 13, 14, 23, e 34, justamente aquelas que subiram para um quartil mais alto, houve crescimento mais expressivo na média do PIB per capita. A trajetória 14 registrou a maior variação (78,15%) entre as que subiram nos quartis, seguida das trajetórias 13 (52,51%); 23 (22,58%); 12 (18,92%) e 34 (12,73%).

Por outro lado, algumas trajetórias registraram queda para um quartil inferior do PIB per capita, sendo a mais expressiva na trajetória 31, que registrou queda de -31,16% na média, seguida de -9,55% na trajetória 32, 9,43% na 43 e outros -7,33% na 21. Entre os quartis, o primeiro quartil (baixo) teve a maior variação positiva na média entre os quatro quartis, sendo um aumento de 4,39%, passando de R\$ 18.554,69, em 2014, para R\$ 19.369,85 em 2019, já o segundo quartil considerado (regular), registrou a segunda maior variação positiva de 3,84% de crescimento real na média, passado de R\$ 24.767,58 (2014) para R\$ 25.717,76 (2019).

Já nos quartis mais altos, as variações na média do grupo foram menores, a menor delas dentre os quatro quartis foi notada no terceiro quartil (médio) que aumentou 2,65% entre 2014 (R\$ 31.859,10) e 2019 (R\$ 32.702,74). E o quarto quartil (alto), registrou aumento real da média de 3,43% no período de 2014 (R\$ 50.215,78) para 2019 (R\$ 51.938,48).

Importante ressaltar que embora possa existir aumento ou redução (variação) do PIB per capita em todos os municípios paranaenses no período analisado, a maioria dessas variações é pequena, insuficientes para ser capturada pela matriz de mobilidade, o que refletiu no maior percentual de casos na diagonal principal. Nota-se ainda, que enquanto alguns grupos do quartil e principalmente trajetórias impulsionaram significativamente o crescimento econômico do estado, outros apresentaram movimentos descendentes impactando na riqueza paranaense, que apesar do crescimento modesto do PIB per capita, ainda cresceu positivamente.

Caso a mobilidade impacte apenas conjuntos específicos, sobretudo aqueles que compõe os extratos inferiores da renda, isso pode indicar uma redução da desigualdade em um horizonte temporal mais extenso. Além disso, para um nível dado de desigualdade de renda, isso pode refletir um efeito compensatório decorrente de uma mobilidade ascendente para extratos de menor renda e/ou descendente para extratos de maior renda. Dessa maneira, a mobilidade de renda complementa a avaliação da desigualdade de renda, uma vez que pode modificar consideravelmente a distribuição ao longo do tempo. (ANTIGO; MACHADO, 2013).

A seção, teve como propósito, além de analisar a mobilidade do PIB per capita, buscar variáveis associadas as trajetórias ascendentes e descendentes. As variáveis objeto de análise são: o Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), Famílias do Programa Bolsa Família (FPBF), Valor Repassado do Programa Bolsa Família (VRPBF), Área Territorial (AR), Repasses da União com o fundo de participação dos municípios (RUFPM), Arrecadação do ICMS (AICMS), Financiamento a Produtores e Cooperativas (FINPC) e Empregos Formais (EF).

Contrário à hipótese estabelecida neste estudo (esperado), nem todas as variáveis apresentaram uma associação clara de aumento/redução aos movimentos de subir/cair nos quartis do PIB per capita pelos municípios. Algumas delas, não exibiram um padrão claro, a partir da metodologia adotada, impossibilitando afirmar que a maior disponibilidade da determinada variável no município estaria associada ao movimento de subir, ou então de cair no quartil do PIB per capita.

Assim, o restante da seção, descreve apenas as variáveis em que foi identificada, pela metodologia proposta, uma associação mais clara entre o atributo e o movimento de subir/cair no quartil. As demais variáveis, Área Territorial (AR), Repasses da União com o fundo de participação dos municípios (RUFPM) e Arrecadação do ICMS (AICMS), cuja associação não é tão clara, foram relacionadas nos apêndices A, B e C.

Dentre as variáveis onde foi percebida certa associação mais clara entre o maior volume com o atributo e os movimentos de redução/crescimento nos quartis do PIB per capita estão: o Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM), Famílias do Programa Bolsa Família (FPBF), Valor Repassado do Programa Bolsa Família (VRPBF), Financiamento a Produtores e Cooperativas (FINPC) e Empregos Formais (EF). A primeira variável em que se percebe certa associação é quanto ao Índice Iparides de Desempenho Municipal – IPDM, cujos dados dos quartis e trajetórias estão disponíveis na Tabela 11.

TABELA 11 – Dados do IPDM nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva do IPDM						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	0,590	0,680	0,600	0,693	11,2	8,3
12	0,600	0,682	0,599	0,677	8,7	6,4
13	0,673	0,696	0,673	0,696	14,3	15,9
14	0,575	0,740	0,575	0,740	NA	NA
21	0,614	0,691	0,618	0,686	8,9	8,0
22	0,644	0,723	0,644	0,724	9,1	5,4
23	0,620	0,710	0,615	0,732	11,9	10,1
31	0,584	0,650	0,584	0,650	4,4	1,4
32	0,671	0,750	0,682	0,753	10,0	4,4
33	0,653	0,735	0,656	0,736	9,7	5,8
34	0,658	0,743	0,667	0,737	5,8	2,8
43	0,686	0,746	0,679	0,743	7,7	5,1
44	0,702	0,764	0,709	0,761	8,5	5,7
1	0,594	0,682	0,601	0,690	10,8	8,2
2	0,635	0,718	0,638	0,721	9,6	6,1
3	0,655	0,733	0,661	0,734	9,4	6,6
4	0,700	0,761	0,706	0,759	8,4	5,5
PARANÁ	0,646	0,723	0,648	0,730	11,2	7,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparides (2010)

A partir do crescimento médio no Paraná de 12,01% do IPDM, nota-se percentual de crescimento do índice superior à média estadual nos grupos que subiram nos quartis, com exceção da trajetória 13 (3,45%). A trajetória 14 (baixo para alto quartil) registrou a maior delas, já que o IPDM médio cresceu 28,71%, seguido da 23 (14,54%); 12 (13,60%) e da trajetória 34 (13%).

Em relação as trajetórias que apresentaram queda nos quartis, com exceção da 21 (12,61%), as demais apresentaram variações na média do IPDM inferiores ao crescimento da média paranaense. A trajetória 43 registrou aumento de 8,74% (o menor aumento do índice médio), seguido da 31 (11,28%) e da trajetória 32 (11,70%). Para os quartis, o primeiro quartil (baixo) teve o maior crescimento da média (14,87%), passando de 0,594, em 2014, para 0,682 em 2019, já o segundo quartil considerado (regular) registrou a segunda maior variação positiva de 13,21%, passando de 0,635 em 2014 para 0,718 em 2019. As menores variações são encontradas no quartil médio (11,85%) e no quartil alto (8,65%).

Os dados reforçam certa associação com o fortalecimento do IPDM e as trajetórias de subir nos quartis do PIB per capita. O crescimento superior do IPDM nos quartis inferiores denota ainda a melhoria do desenvolvimento no Estado do Paraná. Milone (1998) afirma que para se definir o desenvolvimento econômico, é necessário analisar ao longo do tempo a presença de aumento positivo no crescimento econômico, quantificado por meio de indicadores como renda, renda per capita, PIB e PIB per capita.

De acordo com o argumento de Souza (1993), o progresso econômico demanda uma taxa de crescimento econômico contínuo que supere o crescimento da população. Implica, evidentemente, mudanças estruturais e aprimoramentos nos indicadores de qualidade de vida. O crescimento, assim, se apresenta como a peça fundamental para resolver desafios humanos e promover o desenvolvimento.

Outro dado que chama atenção é o número de famílias e o valor em repasses com o bolsa família, Tabelas 12 e 13. São percebidas reduções superiores em relação à média estadual justamente nas trajetórias que subiram nos quartis do PIB per capita. Quanto ao número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no estado do Paraná, Tabela 12, nota-se queda de -17,55% entre 2014 (1.020) e 2019 (841). A queda mais acentuada nestes beneficiários acontece justamente nas trajetórias que subiram nos quartis do PIB per capita, com exceção da trajetória 13 (-1,33), todas as demais reduzem o número de famílias em percentual superior a redução ocorrida no Paraná. A maior delas na trajetória 14, que registrou queda de -26,99% no número de famílias, seguida da 12 (-23,25%), 23 (-22,03%) e 34 (-20,84%).

Já nas trajetórias que caíram nos quartis não foi identificado um padrão claro, já que duas delas registraram queda inferior a queda do estado, sendo as trajetórias 21 (-14,18%) e 43 (-13,10%). Uma delas com queda no número de famílias superior

a queda encontrada no estado, está a trajetória 32 (-27,17%), e ainda a trajetória 31 que registrou aumento de 10,97% no número de famílias beneficiárias.

TABELA 12 – Dados do número de famílias beneficiárias com o Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva para o número de famílias no PBF						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	765	629	517	439	104	121
12	767	589	570	445	76	75
13	415	410	415	410	120	117
14	326	238	326	238	NA	NA
21	1001	859	531	431	144	185
22	735	552	521	418	101	94
23	435	339	265	219	88	80
31	1113	1235	1113	1235	6	13
32	903	658	401	344	131	118
33	799	626	514	391	155	133
34	626	495	494	412	90	89
43	704	612	479	327	102	110
44	1931	1670	589	500	209	227
1	754	689	556	447	99	143
2	752	574	507	398	121	94
3	799	582	490	363	144	130
4	1771	1515	557	436	214	235
PARANÁ	1020	841	517	398	207	231

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do VIS DATA (2023)

Quanto aos quartis, no baixo quartil houve a menor variação na média (-8,60%), passando de 754 famílias, em 2014, para 689 famílias em 2019, já o quartil médio (-27,15%) registrou a maior variação negativa, e o quarto quartil considerado (alto) registrou a segunda menor variação negativa (-14,48%), seguido do regular (-23,63%). Os dados sobre o valor dos recebimentos com os repasses do Programa Bolsa Família seguem a tendência de variação percebida no número de famílias, conforme Tabela 13.

A Tabela 13 revela queda de -22,43% no valor médio repassado aos municípios paranaenses com o Programa Bolsa Família. Entre as trajetórias que subiram nos quartis a redução é mais expressiva, com exceção da 13 (-9,91%). A maior queda ocorre na trajetória 14 (-39,22%), seguida da 12 (-34%), 23 (-30,92%) e da trajetória 34 (-26,97%). Para as trajetórias que caíram no quartil não é percebido um padrão claro, já que na trajetória 31 houve aumento do valor repassado (4,17%), e nas trajetórias 21 (-21,99%) e 43 (-19,57%) a queda registrada é em percentual inferior à média de queda do estado, somente na trajetória 32 (-34,48%) a redução supera a queda registrada pelo Paraná.

TABELA 13 – Dados do valor repassado com o Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva do valor com os repasses do PBF						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 1.787.275,70	R\$ 1.360.929,40	R\$ 1.300.544,60	R\$ 897.094,00	106,2	131,8
12	R\$ 1.736.000,40	R\$ 1.145.755,70	R\$ 1.235.238,20	R\$ 833.225,00	77,8	75,6
13	R\$ 880.972,70	R\$ 793.669,50	R\$ 880.972,70	R\$ 793.669,50	119,2	114,7
14	R\$ 713.696,80	R\$ 433.783,00	R\$ 713.696,80	R\$ 433.783,00	NA	NA
21	R\$ 2.334.294,80	R\$ 1.820.886,20	R\$ 1.174.142,30	R\$ 807.911,00	145,3	196,9
22	R\$ 1.616.118,70	R\$ 1.089.118,90	R\$ 1.158.237,40	R\$ 748.521,00	102,0	91,3
23	R\$ 1.044.974,90	R\$ 721.869,30	R\$ 737.878,60	R\$ 563.294,00	86,4	77,1
31	R\$ 2.631.481,80	R\$ 2.741.176,00	R\$ 2.631.481,80	R\$ 2.741.176,00	1,7	18,5
32	R\$ 1.955.866,70	R\$ 1.281.502,40	R\$ 909.856,40	R\$ 655.651,50	130,7	111,4
33	R\$ 1.805.182,70	R\$ 1.317.287,50	R\$ 1.166.761,90	R\$ 801.604,00	157,6	133,0
34	R\$ 1.370.815,30	R\$ 1.001.055,00	R\$ 1.096.416,80	R\$ 767.282,00	81,2	86,8
43	R\$ 1.489.014,90	R\$ 1.197.577,40	R\$ 1.089.889,50	R\$ 580.762,00	102,8	112,4
44	R\$ 4.283.434,10	R\$ 3.617.023,40	R\$ 1.330.974,60	R\$ 1.007.750,00	205,5	233,9
1	R\$ 1.748.159,00	R\$ 1.485.125,00	R\$ 1.252.408,00	R\$ 901.664,50	101,6	152,6
2	R\$ 1.693.460,00	R\$ 1.127.766,00	R\$ 1.145.810,00	R\$ 750.128,00	123,4	91,6
3	R\$ 1.790.680,00	R\$ 1.213.848,00	R\$ 1.085.729,00	R\$ 697.847,50	146,0	130,5
4	R\$ 3.920.160,00	R\$ 3.271.275,00	R\$ 1.163.897,00	R\$ 825.891,50	211,1	242,8
PARANÁ	R\$ 2.289.605,00	R\$ 1.776.125,00	R\$ 1.159.043,00	R\$ 807.911,00	202,5	243,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do VIS DATA (2023)

Ao analisar os quartis, observa-se que o segundo quartil (regular) teve a maior variação na média, com uma redução de -33,40%, seguido do terceiro quartil (-32,21%). As menores variações ocorreram no primeiro quartil (baixo), que experimentou uma queda de -15,05%, e no quarto quartil (alto) que registrou redução de -16,55%.

Os dados sobre o número de famílias e o valor repassado com o Programa Bolsa Família, revelam redução justamente nos municípios que subiram no quartil do PIB per capita. A tendência é esperada, já que segundo Santos et al. (2014) o objetivo do PBF é transferir recursos financeiros para as famílias de maneira direcionada, buscando atingir os níveis mais carentes, e vinculada as condições das famílias, as quais devem cumprir obrigações, geralmente relacionadas à saúde e educação, para receberem os benefícios.

Guerra et al. (2012), relata que o PBF é descrito como um auxílio à demanda, uma vez que é destinado a famílias em situação de vulnerabilidade econômica, visando aprimorar suas oportunidades de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Adicionalmente, o programa estabelece condições para as famílias, com a finalidade de servir como um estímulo para o desenvolvimento do capital humano.

O objetivo do programa é atender famílias mais carentes, sendo esperado que se o município melhora o PIB per capita, indica que houve melhoria da renda das famílias, conseqüentemente, menos famílias estão em situação vulnerável, assim, é esperado que o número de famílias e o volume repassado com o PBF reduza justamente nos municípios que apresentaram maior crescimento do PIB per capita.

Outro dado importante trata do estímulo a um dos setores da atividade econômica do estado, que é a agropecuária. Araújo (1975) destaca que, à medida que ocorre o crescimento econômico e o subsequente aumento da renda, observa-se um crescimento na demanda por bens manufaturados e serviços especializados. Estes segmentos ampliam sua representação na composição da renda em detrimento da agropecuária, uma vez que os setores secundário e terciário experimentam um crescimento mais acelerado em comparação com o setor primário, que engloba a agropecuária. Nisso é importante o estímulo, via financiamento, a este setor. Os dados sobre o financiamento aos produtores e cooperativas de acordo com as trajetórias e quartis do PIB per capita estão disponíveis na Tabela 14.

TABELA 14 – Dados do financiamento aos produtores e cooperativas nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva do valor com o FINPC						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 13.259.575,00	R\$ 11.294.520,50	R\$ 8.886.494,00	R\$ 6.658.311,20	107,2	101,3
12	R\$ 26.232.413,00	R\$ 23.888.178,00	R\$ 22.697.068,00	R\$ 22.682.484,60	81,9	69,0
13	R\$ 1.086.809,00	R\$ 461.706,40	R\$ 1.086.809,00	R\$ 461.706,40	141,4	116,3
14	R\$ 4.776.441,00	R\$ 5.491.971,20	R\$ 4.776.441,00	R\$ 5.491.971,20	NA	NA
21	R\$ 25.353.151,00	R\$ 23.311.164,10	R\$ 18.023.079,00	R\$ 15.200.566,20	95,7	119,5
22	R\$ 32.927.702,00	R\$ 28.071.379,30	R\$ 24.533.555,00	R\$ 20.483.172,00	94,7	95,9
23	R\$ 17.583.007,00	R\$ 14.517.190,10	R\$ 16.072.887,00	R\$ 13.070.992,80	97,0	88,1
31	R\$ 9.561.592,00	R\$ 5.135.471,50	R\$ 9.561.592,00	R\$ 5.135.471,50	17,8	35,1
32	R\$ 47.807.404,00	R\$ 43.360.525,20	R\$ 33.278.959,00	R\$ 36.809.215,60	98,7	97,8
33	R\$ 64.083.143,00	R\$ 51.941.599,60	R\$ 42.996.736,00	R\$ 32.914.807,60	172,6	144,9
34	R\$ 60.401.095,00	R\$ 49.469.256,80	R\$ 41.569.896,00	R\$ 33.049.851,70	107,3	96,1
43	R\$ 47.816.859,00	R\$ 38.910.606,40	R\$ 31.309.038,00	R\$ 31.436.707,50	109,0	77,8
44	R\$ 182.815.565,00	R\$ 106.833.017,20	R\$ 63.826.039,00	R\$ 60.617.630,30	176,4	159,8
1	R\$ 15.525.856,00	R\$ 9.740.422,00	R\$ 16.620.659,00	R\$ 107,05	16.815.098,0	122,8
2	R\$ 29.306.019,00	R\$ 20.296.647,00	R\$ 28.660.871,00	R\$ 97,80	28.280.574,0	96,2
3	R\$ 60.272.263,00	R\$ 38.679.573,00	R\$ 98.048.732,00	R\$ 162,68	66.291.554,0	149,5
4	R\$ 165.265.733,00	R\$ 52.390.589,00	R\$ 304.625.613,00	R\$ 184,32	161.247.886,0	163,0
PARANÁ	R\$ 67.688.424,00	R\$ 46.636.114,00	R\$ 25.187.823,00	R\$ 21.636.940,00	252,5	201,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IparDES (2023a)

A Tabela 14 expõe o valor com os financiamentos aos produtores e as cooperativas do estado, destacando que houve queda de -31,10% na média com os repasses no Paraná. Por outro lado, o padrão entre o maior volume com financiamento e os movimentos de subir e cair nas trajetórias não é tão claro, embora, em média as

trajetórias que subiram nos quartis reduziram menos o volume com financiamentos se comparado aquelas que caíram, cuja redução (%) foi um pouco maior.

Entre as trajetórias 12, 13, 14, 23 e 34, que subiram no quartil, com exceção da 14 (14,98%) que registrou aumento do volume com financiamento, todas as demais reduziram a média em financiamentos, sendo a maior queda na 13 (-57,52%), seguida da 34 (-18,10%), 23 (-17,44%) e da trajetória 12 (-8,94%). Mesmo assim, as trajetórias que caíram 21, 31, 32 e 43, experimentaram declínios na média superiores as quedas no volume com financiamento daquelas que subiram. Notavelmente, a trajetória 31 teve uma maior variação negativa (-46,29%), seguida da 43 (-18,63%), 32 (-9,30%), e a trajetória 21 registrou a menor variação (-8,05%).

Ao examinar os quartis, observa-se que o quartil alto teve a maior variação de queda na média, com -68,30%, seguido do primeiro quartil (baixo), que apresentou a segunda maior variação negativa, registrando -37,26%. As menores variações ocorreram no quartil médio (-35,83%) e no regular, que experimentou uma queda de -30,74%.

O financiamento, de acordo com Lemes et al. (2002), representa um instrumento empregado para impulsionar e simplificar a execução de investimentos nas operações das cooperativas, ao mesmo tempo em que eleva o nível de consumo das famílias. As ações das cooperativas e dos produtores têm o potencial de estimular o crescimento econômico, resultando, por conseguinte, em melhorias na qualidade de vida. Além do financiamento a um dos setores produtivos do estado, outra variável que chama a atenção é o número de empregos formais, ver Tabela 15.

A Tabela 15 expõe a respeito do número de empregos formais, no estado do Paraná, destacando pequeno crescimento (0,12%) dos postos de trabalho no estado. De maneira geral, as trajetórias que subiram nos quartis (12, 13, 14, 23 e 34) testemunharam aumento destes postos de trabalho, com algumas exceções. A trajetória 14 registrou a maior elevação, com um aumento de 15,85% na média das ocupações formais, seguida da 12 (1,29%) e da trajetória 34 (0,89%). Já as trajetórias 23 (-2,88%) e 13 (-0,10%) registraram redução nas ocupações formais.

Nas trajetórias de queda nos quartis do PIB per capita (21, 31, 32 e 43) houve, no geral, maior declínio na média do número de ocupações formais, refletindo na redução dos empregos. Notavelmente a trajetória 31 teve a maior variação negativa (-17,44%), seguida da 21 (-6,49%), 32 (-5,27%) e da trajetória 43, que registrou a menor variação (-2,56%).

TABELA 15 – Dados dos empregos formais nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva do número de empregos formais							
GRUPO	Média		Mediana		CV		
	2014	2019	2014	2019	2014	2019	
11	1583	1574	926	896	145	147	
12	1817	1841	1064	1197	101	99	
13	2482	2480	2482	2480	117	121	
14	429	497	429	497	NA	NA	
21	3788	3542	1628	1486	229	234	
22	2637	2692	1321	1273	114	120	
23	1089	1057	719	674	81	82	
31	4043	3338	4043	3338	18	46	
32	4622	4379	1595	1624	199	196	
33	4010	3987	1911	1909	171	173	
34	2263	2284	1235	1402	120	118	
43	7744	7546	2270	2407	145	147	
44	25851	26022	3404	3758	403	391	
1	1636	937	2189	134	4319	214	
2	2678	1295	4697	175	4217	153	
3	3887	1646	6778	174	7206	178	
4	23497	3347	97441	415	95118	415	
PARANÁ	7938	7947	1403	1414	625	610	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Ao examinar os quartis, observa-se que o quartil alto teve a maior variação negativa em sua média, com redução de -85,76% no número de postos de trabalho formal, reduzindo de 23.497 em 2014 para 3.347 em 2019. Por sua vez, o terceiro quartil (médio) apresentou a segunda maior variação negativa, registrando -57,67%, e diminuindo de 3.887 em 2014 para 1.646 em 2019 postos de trabalho. As menores variações ocorreram no primeiro quartil (baixo), que experimentou uma queda de -42,73%, passando de 1.636 em 2014 para 937 postos em 2019, e no quartil regular, com queda de -51,65%, reduzindo de 2.678 em 2014 para 1.295 em 2019.

Para Baltar e Leone (2015) o número de empregos formais e sua expansão reflete notável aumento de renda em todas as posições ocupacionais, impulsionando o ganho financeiro das famílias. Em conjunto com o crescimento da demanda e da oferta de crédito, resulta em aumento no nível de consumo, por sua vez, desempenha um papel fundamental no estímulo à produção e ao comércio, contribuindo para o crescimento do PIB. Assim, é esperado que o maior dinamismo econômico, justamente nos municípios que subiram nos quartis, reflita melhor nos postos de trabalho, o que justifica a menor queda no número de empregos formais nos casos que subiram nos quartis, se comparada a maior queda naqueles que caíram.

Exposto algumas das variáveis apresentadas na etapa metodológica, sobretudo aquelas em que uma associação com o movimento de subir/cair nos quartis

do PIB per capita é mais claro, a etapa seguinte é avaliar a mobilidade do Índice Iparde de Desempenho Municipal. A seção 4.3, visa construir a matriz de mobilidade do IPDM e examinar, nos casos de ascensão e queda uma associação com as variáveis de interesse da pesquisa.

4.3 A mobilidade do Índice Iparde de Desempenho Municipal – IPDM no Paraná

Semelhante a análise estabelecida na seção 4.2 que tratou do PIB per capita, a presente seção busca o olhar sobre o comportamento do índice Iparde de desempenho municipal. A matriz de transição (mobilidade) está apresentada na Figura 3. Os dados da matriz indicam que 55,39% dos municípios registraram imobilidade (diagonal principal em cinza), indicando que 221 municípios do Paraná permaneceram no mesmo quartil do IPDM. Já os movimentos ascendentes ou descendentes são expressos pela matriz triangular superior ou inferior, refletindo que 44,61% (178 municípios) tiveram alguma variação no grupo do quartil, sendo 22,06% (88 municípios) com mobilidade ascendente, e 22,56% (90 casos) com uma mobilidade descendente.

		2019			
		Baixo	Regular	Médio	Alto
2014	Baixo	67	23	8	1
	Regular	24	44	27	6
	Médio	9	27	40	23
	Alto	0	6	24	70

		2019			
		Baixo	Regular	Médio	Alto
2014	Baixo	16.79%	5.76%	2.01%	0.25%
	Regular	6.02%	11.03%	6.77%	1.50%
	Médio	2.26%	6.77%	10.03%	5.76%
	Alto	0.00%	1.50%	6.02%	17.54%

Figura 3 – Matriz de transição comparativa entre 2014 a 2019 para o quartil do IPDM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparde (2010)

Ao avaliar a mobilidade ascendente em relação ao IPDM, nota-se um primeiro grupo, classificado inicialmente como baixo quartil em 2014, destes 23 casos (5,76%) subiram para o quartil regular, 2,01% (apenas 8) migraram para o médio quartil, e apenas 1 caso (0,25%) passou do baixo para o alto quartil. Um segundo grupo é formado por municípios do quartil regular em 2014, dos quais 6,77% (27) subiram para o quartil médio, e 1,50% (6 casos) subiram para o alto quartil em 2019. E, ainda, um

terceiro grupo que inicialmente em 2014 estavam no médio quartil, 5,76% (23 casos) subiram para o alto quartil em 2019.

Em outro sentido do movimento, ocorreram quedas de municípios no quartil do IPDM. Um primeiro grupo, inicialmente classificados em 2014 como quartil regular, registrou 6,02% (24 casos) dos municípios caindo para o quartil baixo em 2019. Outro grupo de municípios do médio quartil em 2014 registrou queda de 9 municípios (2,26%) para o quartil baixo, e de outros 27 (6,77%) para o quartil regular. E, ainda, um terceiro grupo, formado por municípios do alto quartil em 2014, teve 6 casos (1,50%) com queda para o quartil regular, e 24 casos (6,02%) com queda para o quartil médio, e, neste grupo, não houve registro de queda do alto para o baixo quartil.

Conforme tendência já observada nos dados do PIB per capita, e também reforçada anteriormente pela literatura em Fields e Ok (1996), Jackson-Smith (1999) e Antigo e Machado (2013) é mais frequente quedas nos quartis que movimentos de crescimento, já que 22,06% dos casos subiram nos quartis enquanto 22,56% caíram. Outra percepção semelhante aos dados do PIB per capita, são movimentos mais frequentes em uma classe de quartil, e menos frequentes em duas ou mais classes.

Em 73 municípios houve movimento de subida em uma classe do quartil, 14 subiram duas classes e apenas 1 município passou do baixo para o alto quartil. Já entre aqueles que caíram, as quedas mais frequentes são de uma classe do quartil, registrada em 75 municípios, outros 15 caem duas classes, e não houve registro de casos com queda de mais de duas classes. Avançando nesta análise, a Tabela 16 apresenta o comportamento de cada uma das trajetórias dos escalares da matriz para os dados do IPDM dos municípios do Paraná.

Conforme a Tabela 16, houve crescimento do IPDM médio no estado do Paraná, que foi de 12,01%. As trajetórias que subiram nos quartis (12, 13, 14, 23, 24 e 34) experimentaram aumentos nos quartis mais expressivo que a média de crescimento do IPDM do estado. A maior delas foi na trajetória 13 (baixo para quartil médio) cujo IPDM cresceu 31,54%, seguida da 14 (30,40%), 12 (25,70%), 24 (24,26%), 23 (18,57%) e a menor variação encontrada na trajetória 34 (14,03%).

Na outra via, entre as trajetórias que apresentaram queda nos quartis do IPDM (21, 31, 32, 42 e 43) a média do IPDM de cada trajetória também cresceu, mas em percentual inferior ao crescimento registrado na média estadual. A maior variação positiva se dá na trajetória 32 (7,23%), seguida da 21 (5,21%), 43 (3,91%), 31 (1,80%) e 42 (0,19%). Considerando os quartis, o baixo apresentou leve variação positiva

(1,38%) juntamente com o regular (0,10%), já os quartis médio e alto, ambos registraram redução da média do IPDM, sendo -0,26% e -0,84% respectivamente.

TABELA 16 – Trajetórias e quartis do índice Iparades de desempenho municipal – IPDM

Estatística descritiva de acordo com as trajetórias e quartis do IPDM						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	0,543	0,644	0,551	0,655	7,9	7,1
12	0,567	0,713	0,573	0,713	5,0	1,6
13	0,565	0,743	0,567	0,743	3,7	0,8
14	0,585	0,763	0,585	0,763	NA	NA
21	0,626	0,659	0,628	0,669	2,5	4,9
22	0,625	0,711	0,626	0,713	2,3	1,5
23	0,627	0,744	0,629	0,743	2,0	1,3
24	0,623	0,774	0,618	0,772	2,6	1,5
31	0,665	0,677	0,655	0,676	2,6	1,4
32	0,665	0,714	0,660	0,711	2,2	1,4
33	0,674	0,744	0,674	0,743	2,0	1,3
34	0,677	0,772	0,682	0,769	2,1	1,3
42	0,715	0,716	0,711	0,717	1,9	1,5
43	0,719	0,747	0,716	0,749	2,6	1,2
44	0,742	0,792	0,735	0,785	4,1	2,9
1	0,551	0,558	0,040	7,250	0,0	6,4
2	0,626	0,627	0,014	2,242	0,0	1,5
3	0,672	0,670	0,015	2,222	0,0	1,3
4	0,735	0,729	0,029	3,978	0,0	2,8
PARANÁ	0,646	0,723	0,648	0,730	11,2	7,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparades (2010)

A seção tem como propósito, além de analisar a mobilidade do IPDM, buscar variáveis associadas as trajetórias ascendentes e descendentes. As variáveis são: PIB per capita, Famílias do Programa Bolsa Família (FPBF), Valor Repassado do Programa Bolsa Família (VRPBF), Área Territorial (AR), repasses da União com o fundo de participação dos municípios (RUFPM), Arrecadação do ICMS (AICMS), Financiamento a Produtores e Cooperativas (FINPC) e Empregos Formais (EF).

Para as variáveis repasses da União com o fundo de participação dos municípios (RUFPM), Arrecadação do ICMS (AICMS) e Financiamento a Produtores e Cooperativas (FINPC) não foi percebida uma relação tão clara entre o aumento/redução da variável associada ao movimento de subir ou de cair nas trajetórias do IPDM, estes dados estão disponíveis nos apêndices D, E e F. O restante da seção busca tratar das variáveis PIB per capita, FPBF, VRPBF, AR e EF em que na análise descritiva notou-se certa associação com a mobilidade. A primeira variável trata do PIB per capita, ver Tabela 17.

TABELA 17 – Dados do PIB per capita nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva de acordo com as trajetórias e quartis do PIB per capita

GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 22.092,15	R\$ 22.621,64	R\$ 21.277,20	R\$ 21.953,43	31,3	29,5
12	R\$ 26.592,47	R\$ 27.791,02	R\$ 25.684,41	R\$ 26.673,33	31,8	26,8
13	R\$ 26.729,29	R\$ 30.963,04	R\$ 26.013,66	R\$ 31.907,31	19,5	18,9
14	R\$ 36.506,70	R\$ 38.235,33	R\$ 36.506,70	R\$ 38.235,33	NA	NA
21	R\$ 23.538,79	R\$ 24.548,77	R\$ 22.317,65	R\$ 23.166,12	18,6	20,8
22	R\$ 26.283,94	R\$ 27.198,68	R\$ 24.145,93	R\$ 25.683,11	31,5	32,1
23	R\$ 31.350,52	R\$ 37.043,53	R\$ 28.105,69	R\$ 29.971,91	34,7	63,1
24	R\$ 26.709,07	R\$ 27.962,55	R\$ 27.233,44	R\$ 24.768,31	30,1	35,2
31	R\$ 33.386,28	R\$ 35.269,96	R\$ 29.713,26	R\$ 34.102,36	37,3	38,5
32	R\$ 29.070,97	R\$ 28.568,21	R\$ 26.895,09	R\$ 25.807,42	37,3	26,2
33	R\$ 30.761,36	R\$ 31.057,48	R\$ 28.178,88	R\$ 28.606,53	32,5	31,7
34	R\$ 35.921,99	R\$ 36.796,95	R\$ 33.716,40	R\$ 33.474,87	31,1	30,6
42	R\$ 42.177,76	R\$ 43.751,76	R\$ 27.111,93	R\$ 27.842,59	78,0	86,9
43	R\$ 40.091,38	R\$ 40.250,46	R\$ 37.520,65	R\$ 37.450,56	30,0	33,5
44	R\$ 44.104,99	R\$ 44.951,39	R\$ 39.834,59	R\$ 38.843,69	45,7	50,7
1	R\$ 23.658,00	R\$ 21.711,46	R\$ 7.504,95	R\$ 31,72	7.965,6	32,9
2	R\$ 27.011,31	R\$ 24.863,28	R\$ 8.720,57	R\$ 32,28	12.167,4	42,4
3	R\$ 31.737,91	R\$ 29.595,42	R\$ 10.886,86	R\$ 34,30	15.633,5	44,8
4	R\$ 43.026,09	R\$ 39.366,98	R\$ 19.357,30	R\$ 44,99	20.474,7	48,8
PARANÁ	R\$ 31.365,78	R\$ 32.449,04	R\$ 27.850,10	R\$ 28.661,38	46,1	49,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IBGE (2023d)

A Tabela 17 apresenta dados do PIB per capita, destacando conforme apresentado anteriormente na seção 4.2 um crescimento de 3,45% na média. Ao analisar o comportamento das trajetórias que cresceram nos quartis do IPDM nota-se o maior aumento do PIB per capita na trajetória 23, crescendo 18,16%, seguida da 13 (15,84%), 14 (4,74%), 24 (4,69%), 12 (4,51%) e com menor crescimento a trajetória 34 (2,44%).

As Trajetórias de queda nos quartis, registraram aumentos bem inferiores no PIB per capita médio, inclusive a trajetória 32 registrou queda de -1,73% em sua média. O maior crescimento ocorre na trajetória 31 (5,64%), seguida da 21 (4,29%), 42 (3,73%) e com menor aumento da média do PIB per capita a trajetória 43 (0,40%). Ao examinar os quartis, observa-se que o quarto quartil (alto) teve a maior variação na média, com redução de -8,50%, seguido do baixo quartil, registrando queda de -8,23%. Já o quartil regular e o médio reduziram -7,95% e -6,75% o seu PIB per capita médio entre 2014 e 2019.

Nota-se certa associação entre o movimento de subir nos quartis do IPDM e a melhoria do PIB per capita dos municípios. Conforme destacado anteriormente, Souza (1993) atribui o crescimento econômico como um catalisador essencial para o desenvolvimento, destacando a necessidade de uma abordagem contínua, estrutural

e voltada para a melhoria da qualidade de vida para enfrentar os desafios humanos e promover um avanço sustentável.

Avançando a análise as Tabelas 18 e 19 tratam do número de famílias e valor repassado aos municípios com o Programa Bolsa Família de acordo com as trajetórias e quartis do IPDM. Sobre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, nota-se queda de -17,55% na média paranaense. A queda mais acentuada nestes beneficiários acontece justamente nas trajetórias que subiram nos quartis do IPDM, já que em todas a redução do número de famílias é em percentual superior a redução ocorrida no Paraná. A maior delas, na trajetória 23, que registrou queda de -34,90% no número de famílias, seguida da 24 (-28,63%), 34 (-27,16%), 14 (-22,46%), 13 (20,38%) e a menor queda na trajetória 12 (-18,76%).

TABELA 18 – Dados do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva de acordo com as trajetórias e quartis do FPBF						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	1.095	876	848	627	81,6	96,0
12	533	433	345	355	84,1	70,5
13	580	461	344	288	75,5	68,8
14	276	214	276	214	NA	NA
21	543	454	478	348	60,2	74,4
22	1.038	837	556	461	128,2	149,4
23	852	555	502	362	102,6	102,5
24	239	170	185	133	73,6	81,3
31	356	443	345	195	45,6	91,3
32	794	590	478	273	115,1	117,1
33	999	746	476	406	197,5	181,5
34	1.051	766	589	323	197,0	170,8
42	238	246	166	244	76,3	63,0
43	996	903	338	334	198,4	206,9
44	1.702	1.552	544	375	244,2	258,3
1	914	646	816	89	742,8	100,9
2	823	514	1.023	124	929,3	144,8
3	897	458	1.666	186	1.290,1	181,9
4	1.445	440	3.624	251	3.432,8	269,2
PARANÁ	1.020	841	517	398	206,6	230,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do VIS DATA (2023)

Já nas trajetórias que caíram nos quartis não foi identificado um padrão claro, embora a queda do número de beneficiários é em proporção menor se comparado as trajetórias que subiram nos quartis, inclusive duas trajetórias – 31 (24,48%) e 42 (3,57%) – aumentaram o número de beneficiários. As demais, 32 (-25,65%), 21 (-16,38%) e 43 (-9,25%), registraram redução no número de beneficiários.

Quanto aos quartis, no baixo houve a menor variação na média (-29,36%), e à medida que o quartil se torna mais alto, maior é a redução percentual no número de beneficiários, sendo de -37,56% no quartil regular, -48,93% no médio e -69,58% no quartil alto. Isso se reflete sobre os dados do valor com os repasses aos municípios com o Programa Bolsa Família, ver Tabela 19.

TABELA 19 – Dados do valor repassado do Programa Bolsa Família nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva de acordo com as trajetórias e quartis do VPBF						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 2.595.123,10	R\$ 1.849.149,30	R\$ 2.034.250,70	R\$ 1.365.003,00	82,9	104,2
12	R\$ 1.186.380,00	R\$ 880.186,00	R\$ 768.117,30	R\$ 673.162,00	89,2	67,9
13	R\$ 1.281.317,10	R\$ 918.981,90	R\$ 758.959,80	R\$ 562.272,50	78,1	66,1
14	R\$ 834.451,00	R\$ 373.455,00	R\$ 834.451,00	R\$ 373.455,00	NA	NA
21	R\$ 1.245.705,50	R\$ 955.141,00	R\$ 1.039.938,30	R\$ 730.839,50	63,0	79,9
22	R\$ 2.314.197,70	R\$ 1.737.757,20	R\$ 1.373.020,40	R\$ 830.553,50	130,7	161,2
23	R\$ 1.923.265,00	R\$ 1.125.403,70	R\$ 1.065.885,90	R\$ 806.567,00	102,2	100,5
24	R\$ 580.463,00	R\$ 354.255,20	R\$ 431.770,90	R\$ 264.246,50	78,5	80,6
31	R\$ 900.515,00	R\$ 1.084.771,00	R\$ 847.606,60	R\$ 439.247,00	41,8	99,5
32	R\$ 1.773.359,10	R\$ 1.197.389,70	R\$ 1.028.325,80	R\$ 568.012,00	117,4	121,2
33	R\$ 2.130.538,60	R\$ 1.462.616,10	R\$ 1.050.672,30	R\$ 813.886,50	198,0	178,5
34	R\$ 2.355.602,90	R\$ 1.610.537,90	R\$ 1.311.084,50	R\$ 604.672,00	201,5	169,0
42	R\$ 576.900,10	R\$ 597.920,70	R\$ 353.631,90	R\$ 589.496,50	82,5	67,9
43	R\$ 2.185.860,50	R\$ 1.952.936,00	R\$ 758.508,40	R\$ 656.555,00	194,2	208,0
44	R\$ 3.755.244,70	R\$ 3.383.107,80	R\$ 1.142.474,00	R\$ 753.535,00	242,1	266,8
1	R\$ 2.143.889,00	R\$ 1.447.075,30	R\$ 1.968.708,00	R\$ 91,83	1.694.785,0	108,2
2	R\$ 1.852.798,00	R\$ 1.164.936,40	R\$ 2.317.772,00	R\$ 125,10	2.051.491,0	154,7
3	R\$ 1.973.593,00	R\$ 1.028.325,80	R\$ 3.668.987,00	R\$ 185,90	2.658.406,0	183,9
4	R\$ 3.187.892,00	R\$ 982.026,20	R\$ 7.916.881,00	R\$ 248,34	7.709.835,0	279,0
PARANÁ	R\$ 2.289.605,00	R\$ 1.776.125,00	R\$ 1.159.043,00	R\$ 807.911,00	202,5	243,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do VIS DATA (2023)

A Tabela 19 revela queda de -22,43% no valor médio repassado aos municípios paranaenses com o Programa Bolsa Família. Entre as trajetórias que subiram nos quartis a redução é mais expressiva se comparada aquelas que caíram, seguindo a tendência já apresentada quanto ao número de famílias beneficiadas (Tabela 18). A trajetória 14 teve a maior queda (-55,25%), seguida da trajetória 23 (-41,48%), 24 (-38,97%), 34 (-31,63%), 13 (-28,28%) e a menor queda na trajetória 12 (-25,81%).

Nas trajetórias que caíram no quartil a variação mais elevada foi percebida na trajetória 32 (-32,48%), seguida da 21 (-23,33%) e da 43 (-10,66%), já as trajetórias 31 (20,46%) e 42 (3,64%) registraram aumento de suas médias com o valor repassado com o programa. Ao analisar os quartis, observa-se que as maiores quedas no volume dos repasses médio ocorrem justamente nos quartis mais elevados, sendo uma redução de -69,20% no alto quartil, -47,90% no médio, seguido de -37,13% no regular e -32,50% no baixo quartil.

Conforme Weissheimer (2006) o objetivo primordial do Programa Bolsa Família reside em propiciar a transição de seus beneficiários para fora do programa, essa missão demanda um horizonte temporal extenso e não se limita a um único programa isolado. O propósito é impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de famílias em situação de insegurança alimentar, fomentar a geração de trabalho e renda, restaurar ou mesmo estabelecer uma dignidade capaz de conduzir a um estado reconhecido de cidadania. Essa trajetória representa a rota para a independência do Bolsa Família.

A melhoria do IPDM resultou na capacidade do município de diminuir suas fragilidades sociais, conseqüentemente diminuindo o número de beneficiários e famílias atendidas pelo PBF. Outro dado que chamou atenção é quanto a área territorial, já que foi observado aumento da área dos municípios, justamente naqueles em que houve o movimento de subir no tercil do IPDM, ver Tabela 20.

TABELA 20 – Dados sobre a área territorial dos municípios de acordo com as trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva a área territorial nas trajetórias e quartis						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	687,25	687,26	573,47	574,96	79,4	79,5
12	513,05	513,24	410,77	415,59	79,5	79,2
13	525,77	527,17	406,03	407,00	62,7	62,9
14	305,36	306,19	305,36	306,19	NA	NA
21	326,84	326,42	239,03	240,57	66,3	66,4
22	474,83	475,54	379,32	378,96	87,9	88,0
23	496,80	497,48	320,23	322,46	106,6	106,6
24	222,75	223,21	203,13	204,92	40,5	40,1
31	287,85	286,62	291,60	291,35	17,9	18,0
32	458,66	457,36	321,01	321,50	104,9	105,1
33	543,15	543,85	402,98	403,64	83,8	83,6
34	529,28	531,93	365,18	366,24	121,1	120,1
42	224,33	224,30	146,07	145,92	66,4	66,0
43	515,30	514,61	379,68	382,70	85,4	85,4
44	449,27	448,04	325,41	326,36	82,6	82,7
1	629,87	493,55	503,07	79,87	491,0	87,0
2	430,56	304,19	407,69	94,69	422,8	91,1
3	493,67	344,69	491,61	99,58	458,6	87,7
4	451,62	325,41	382,53	84,70	437,7	96,8
PARANÁ	500,95	500,95	351,12	348,95	90,6	90,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

A área territorial paranaense média, como esperado, não apresentou variação, mas o que chama a atenção é que as trajetórias que subiram no quartil, em todas, houve registro de aumento da área média, sendo a maior delas na trajetória 34 (0,5%), seguida da 13 e 14 ambas com aumento de 0,27%, depois a 24 (0,21%), 23 (0,14%) e ainda a 12 (0,04%). Já entre aquelas em que houve queda no quartil, a área média

do grupo reduziu, sendo: trajetórias 31 (-0,43%), 32 (-0,28%), 21 e 43 (-0,13% ambas) e ainda 42 (-0,01%).

Conforme Shneider (2004) a área territorial do município é importante, existindo a concepção de território, onde o processo de desenvolvimento está intrinsecamente ligado à maneira como cada localidade aumenta e se relaciona com os ecossistemas em seu entorno. Isso enfatiza a importância de considerar a sustentabilidade ambiental e a gestão responsável dos recursos naturais para orientar o desenvolvimento local de maneira equilibrada e duradoura. Avançando no debate a Tabela 21 trata dos empregos formais de acordo com as trajetórias e grupos do IPDM.

TABELA 21 – Empregos formais nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva dos empregos formais de acordo com as trajetórias e quartis do IPDM							
GRUPO	Média		Mediana		CV		
	2014	2019	2014	2019	2014	2019	
11	1983	1967	1234	1172	118	119	
12	1277	1309	700	693	140	141	
13	1162	1173	673	684	76	76	
14	486	436	486	436	NA	NA	
21	1486	1318	809	785	116	110	
22	4193	4200	1387	1380	197	196	
23	2477	2664	925	1050	125	139	
24	1141	1055	892	860	78	83	
31	1576	1320	634	602	89	83	
32	2643	2683	1725	1661	124	135	
33	4741	4926	2218	2120	210	219	
34	6309	6625	2474	2262	172	165	
42	1520	1163	1254	1117	87	51	
43	8211	8185	2645	2234	223	228	
44	29640	29535	4137	4511	390	381	
1	1737	934	2147	124	2080	119	
2	2910	1167	5838	201	5937	202	
3	4245	1839	8454	199	11704	244	
4	22810	3323	97392	427	94782	426	
PARANÁ	7938	7947	1403	1414	625	610	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparides (2023a)

A Tabela 21 revela leve aumento de 0,12% nos empregos formais dos municípios paranaenses. No geral, entre as trajetórias que subiram nos quartis nota-se queda menor nos postos de trabalho formal se comparado as que caíram, inclusive em quatro delas houve aumento dos empregos. O maior aumento dos postos de trabalho ocorre na trajetória 23 (7,58%), seguida da 34 (5%), 12 (2,57%) e da trajetória 13 (0,89%), já as trajetórias 14 e 24 registraram queda no número de empregos formais, respectivamente -10,29% e -7,58%.

Para as trajetórias de queda nos quartis, com exceção da 32 (1,52%), em todas as demais houve redução dos postos de trabalho formal, a maior delas na trajetória

42 (-23,51%), seguida da 31 (-16,21%), 21 (-11,3%) e da 43 (-0,33%). Ao analisar os quartis, observa-se que o quartil alto teve a maior variação negativa na média, com uma redução de -85,43%, seguido do segundo quartil (-59,89%). As menores variações ocorreram no primeiro quartil (baixo), que experimentou uma queda de -46,24%, e no terceiro quartil (médio) que registrou redução de -56,68% no número de empregos formais.

Conforme Vargas (2012) o desenvolvimento gera melhores condições de trabalho e renda, refletindo nos empregos formais, caracteriza-se um conjunto de desafios sociais e econômicos relacionados à quantidade e qualidade de oportunidades de trabalho existentes em uma sociedade e sistema econômico específicos. O emprego implica um processo histórico de desenvolvimento, estabelecimento e disseminação do emprego assalariado e das relações sociais de produção capitalistas.

Estudo de Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017), empregando análise descritiva, sugere que, em média, os investimentos em ensino apresentaram flutuação durante o período examinado, enquanto os investimentos em saúde exibiram uma tendência ascendente ao longo do intervalo, indicando um aumento per capita considerável nos investimentos nessas duas esferas. Observou-se também um leve incremento no IPDM, oscilando em torno de 15% durante o período analisado, indicando uma média de crescimento no desenvolvimento dos municípios no Paraná.

Conforme analisado os resultados derivados da análise revelam uma correlação positiva e significativa entre os investimentos em educação e saúde com o IPDM. Os investimentos na área educacional apresentaram uma correlação superior a 27% com o coeficiente do índice. Ao relacionar a variável de saúde com o IPDM, a correlação positiva situou-se em cerca de 26%. Essas descobertas indicam que os investimentos nas áreas de educação e saúde têm um impacto positivo ($p < 0,01$) no IPDM. (TERNOSKI; RIBEIRO; CLEMENTE, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância social dessa pesquisa se torna evidente ao considerar que, enquanto uma parcela dos municípios enfrenta condições precárias e dificuldades para acessar serviços básicos, outra parcela desfruta de padrões de vida mais elevados. Compreender a dinâmica do crescimento e desenvolvimento foi fundamental para perceber caminhos na formulação de políticas públicas direcionadas às áreas que mais necessitam de intervenção.

O objetivo da pesquisa foi atendido, e a hipótese, foi aceita parcialmente, pois nem todos os atributos estudados estão associados claramente aos movimentos de subir e cair. Nota-se que a mobilidade positiva está condicionada a atributos como educação, saúde, emprego, renda, entre outros, o que direciona a pesquisa para a identificação desses determinantes. Essa abordagem proporciona uma percepção mais eficaz para informar políticas e intervenções específicas, contribuindo não apenas para a esfera prática, mas também para o conhecimento científico, ao fornecer novas percepções e informações relevantes na área de estudo.

Verificou-se, nesta pesquisa, e considerando as ferramentas metodológicas empregadas, que o Programa Bolsa Família (famílias atendidas e valores), Financiamentos a Produtores e Cooperativas, Empregos Formais e Área Territorial apresentou associação com os movimentos de queda e crescimento nos quartis do PIB per capita e do IPDM dos municípios do Paraná, inclusive para o PBF a associação é negativa, o que condiz com a finalidade do próprio programa.

Foram observadas variações na mobilidade das matrizes dos municípios, com uma proporção maior experimentando uma diminuição no quartil do PIB per capita e do IPDM em comparação com aqueles que apresentaram uma mobilidade positiva. A maioria dos municípios enfrenta desafios para aumentar seu PIB per capita e IPDM, tendendo a permanecer na mesma posição relativa ou a cair para um nível inferior.

Conforme Mitnik et al. (2016) em comunidades caracterizadas por disparidades sociais, as camadas mais favorecidas desfrutam de amplas oportunidades e condições mais vantajosas para progredir em termos socioeconômicos e educacionais. Dessa forma, a probabilidade de mobilidade, especialmente entre os segmentos de menor renda, é percebida como reduzida.

A questão metodológica foi a principal limitação desta pesquisa, pois as matrizes capturam somente grandes variações, suficientes para que o município mude de quartil. Pequenas variações no PIB per capita e no IPDM não são capturadas nas matrizes, isso pode ser fator determinante para que algumas das relações estudadas não apresentassem associação tão clara com o movimento de subir e cair no quartil.

Em última análise, este estudo visa não apenas entender as variações da mobilidade econômica e do desenvolvimento nos municípios paranaenses, mas também oferecer subsídios tangíveis para a formulação de políticas que visem a promoção de um crescimento e desenvolvimento mais equitativo. Ao direcionar o olhar para o cenário macro, regional e local, este estudo busca capturar e interpretar as mudanças em andamento. O entendimento das variações em cada nível é essencial, pois dinâmicas econômicas, sociais e políticas variam nas diferentes escalas.

O desenvolvimento e o crescimento econômico resultam de diversos elementos, sendo o primeiro ponto de análise voltado ao contexto socioeconômico. Esse contexto engloba a distribuição de recursos financeiros, a disponibilidade de oportunidades de emprego e a acessibilidade a serviços essenciais. Dessa forma, observa-se a disparidade de desenvolvimento entre os municípios, onde alguns apresentam indicadores favoráveis de qualidade de vida, enquanto outros enfrentam desafios significativos e desigualdades sociais. Existe uma lacuna na integração desses municípios, visando assegurar um crescimento e desenvolvimento mais equitativos entre eles, sugere-se a necessidade de planejamento regional abrangente que ultrapasse os limites municipais.

O desenvolvimento não se resume apenas ao crescimento econômico, mas sim à garantia de maior acesso da população a serviços essenciais, como educação de qualidade, oportunidades de emprego, moradia adequada, condições sanitárias adequadas, e outros bens e serviços que contribuam efetivamente para a qualidade de vida. Essas questões são fundamentais no processo de planejamento regional e na promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Destaca-se a necessidade de delinear sugestões de trabalhos futuros, visando gerar impactos positivos nos municípios e reduzir a disparidade socioeconômica entre eles. É essencial realizar uma avaliação mais precisa da realidade local. Soma-se a necessidade de adoção de abordagens analíticas mais robustas, tais como, análise espacial e modelos econométricos para dados em painel, a fim de aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam o desenvolvimento econômico e regional.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustaquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Dinâmica Demográfica e Políticas de Transferência de Renda. **Revista Latinoamericana de Población**, [S. l.], v. 3, n. 4–5, p. 165–188, 2009. DOI: 10.31406/relap2009.v3.i1.n4-5.2. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5349607>. Acesso em: 24 set. 2023.

AMORIM, Alicia Maria; TRINDADE, Anna Karla; ARAUJO JUNIOR, Francisco de Paula. Cadeias de Markov: Uma Introdução Apresentável ao Ensino Médio com Aplicação ao Soneto “Amor é fogo que arde sem se ver”. **Revista Professor de Matemática On line**, [S. l.], v. 8, n. 18, 2020. DOI: 10.21711/2319023x2020/pmo818. Disponível em: https://pmo.sbm.org.br/wp-content/uploads/sites/5/sites/5/2020/06/art18_vol8_PMO_SBM_2020.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

ANTIGO, Mariangela Furlan; MACHADO, Ana Flávia. Mobilidade Intrageracional de Rendimentos no Brasil. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 166–178, 2013. DOI: 10.1590/S0101-31572013000100009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000100009>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ANTMAN, Francisca; MCKENZIE, David J. Earnings Mobility and Measurement Error: a pseudo-panel approach. **World Bank Policy Research Working Paper**, [S. l.], n. 3745, p. 1–36, 2005. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/756741468046174309/pdf/wps3745.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade. Agricultura no Processo de Desenvolvimento Econômico. In: ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade; SCHUH, G. Edward. **Desenvolvimento da Agricultura**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975, p. 83-97.

ATLAS BRASIL (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). **Ranking**. 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BAGOLIN, Izete Pengo; COMIN, Flávio V. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua Família de Índices: uma revisão crítica em evolução. **Revista de Economia**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 7–28, 2008. DOI: doi.org/10.5380/re.v34i2.12293. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v34i2.12293>. Acesso em: 22 set. 2023.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. Perspectivas para o Mercado de Trabalho após o Crescimento com Inclusão Social. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 29, n. 85, p. 53–67, 2015. DOI: 10.1590/S0103-40142015008500005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pr8zrd6Vty5wvG6ZBXsQZrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BARRETT, Christopher B. et al. Welfare Dynamics in Rural Kenya and Madagascar. **Journal of Development Studies**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 248–277, 2006. DOI: 10.1080/00220380500405394. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220380500405394>. Acesso em: 24 set. 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Repositório do Conhecimento do Ipea**, [S. l.], 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2003>. Acesso em: 29 set. 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A Educação e o Processo de Determinação dos Salários no Nordeste Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997.

BAULCH, Bob; HODDINOTT, John. Economic Mobility and Poverty Dynamics in Developing Countries. **Journal of Development Studies**, [S. l.], v. 36, n. 6, p. 1–24, 2000. DOI: 10.1080/00220380008422652. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220380008422652>. Acesso em: 6 ago. 2023.

BEHRMAN, Jere R.; GAVIRIA, Alejandro; SZÉKELY, Miguel; BIRDSALL, Nancy; GALIANI, Sebastián. Intergenerational Mobility in Latin America. **Latin American and Caribbean Economic Association (LACEA)**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–44, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20065412>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BERARDI, Rene Castro. Análise Matricial da Mobilidade Ocupacional. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 76, p. 81–98, 2015. DOI: 10.48213/travessia.i76.83. Disponível em: <https://doi.org/10.48213/travessia.i76.83>. Acesso em: 27 set. 2023.

BOUDEVILLE, Jacques R. **O Espaço Econômico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira De Estudos Regionais E Urbanos**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>. Acesso em: 30 set. 2023.

CAYLEY, Arthur. II. A Memoir on the Theory of Matrices. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**, [S. l.], v. 148, p. 17–37, 1858. DOI: 10.1098/rstl.1858.0002. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rstl.1858.0002>. Acesso em: 24 set. 2023.

CHECCHI, Daniele; DARDANONI, Valentino. Mobility Comparisons: does using different measures matter? **Departmental Working Papers**, [S. l.], 2002. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/mil/wpdepa/2002-15.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

CUESTA, Jose; ÑOPO, Hugo; PIZZOLITTO, Georgina. Using Pseudo-Panels to Measure Income Mobility in Latin America. **Review of Income and Wealth**, [S. l.], v. 57, n. 2, p. 224–246, 2011. b. DOI: 10.1111/j.1475-4991.2011.00444.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1475-4991.2011.00444.x>. Acesso em: 4 ago. 2023.

DALLE, Pablo Martin. Movilidad Social Intergeneracional en Argentina: oportunidades sin apertura de la estructura de clases. **Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 28, n. 37, p. 139–165, 2015. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/107391>. Acesso em: 22 set. 2023.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2013.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luís Olinto. **Contabilidade Social: a referência das contas nacionais do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.

FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando A. Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 481–583, 2003. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3377/3/PPE_v33_n03_Mobilidade.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

FIELDS, Gary S.; DUVAL-HERNANDEZ, Robert.; FREIJE, Samuel.; SÁNCHEZ PUERTA, María Laura. Intragenerational Income Mobility in Latin America. **Economía**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 101–143, 2007. DOI: 10.1353/eco.2007.0018. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/economia/v007/7.2fields.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

FIELDS, Gary S.; HERNÁNDEZ, Robert Duval; FREIJE, Samuel; PUERTA, María Laura Sánchez. Earnings Mobility, Inequality, and Economic Growth in Argentina, Mexico, and Venezuela. **The Journal of Economic Inequality**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 103–128, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10888-014-9285-8>. Acesso em: 9 set. 2023.

FIELDS, Gary S.; OK, Efe A. The Meaning and Measurement of Income Mobility. **Journal of Economic Theory**, [S. l.], v. 71, n. 2, p. 349–377, 1996. DOI: 10.1006/jeth.1996.0125. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/jeth.1996.0125>. Acesso em: 25 set. 2023.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. Mobilidade Intrageracional de Renda no Brasil. **Nova Economia**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 427–455, 2010. DOI: 10.1590/S0103-63512010000300002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512010000300002>. Acesso em: 5 set. 2023.

FMI (Fundo Monetário Internacional). **GDP per capita, current prices: U.S. dollars per capita**. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO/WORLD>. Acesso em: 17 out. 2023.

FOCHEZATTO, Adelar; STÜLP, Valter José. A Evolução das Disparidades Regionais no Rio Grande do Sul: uma aplicação de matrizes de Markov. **Nova Economia**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 39–66, 2004. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/20905>. Acesso em: 5 out. 2023.

FURTADO, Celso. **Brasil: A construção interrompida**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1992.

GIANNASI-KAIMEN, Maria Júlia; DI CHIARA, Ivone Guerreiro; CARELLI, Ana Esmeralda; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Normas de Documentação Aplicadas à Área de Saúde**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILIO, Ismael. **Trabalho e Educação: formação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo: Nobel, 2000.

GOMES, Orlando. Macroeconomia: noções básicas. **Repositório Científico, [S. l.]**, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/1186>. Acesso em: 24 set. 2023.

GUERRA, Ana Carolina; FARIA, Evandro Rodrigues de; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha; SANTOS, Lucas Maia dos. Programa Bolsa Família: uma análise sob o ponto de vista dos usuários. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. p. 1-14. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/63/2012_APB1638.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

HILHOSRT, Jos G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

IBGE CIDADES (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Paraná**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 29 out. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Contas regionais do Brasil: 2010-2014**. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298881>. Acesso em: 10 set. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sistema de contas regionais: Brasil: 2019 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais**. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101873>. Acesso em: 10 set. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Painel de Indicadores**. 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 20 ago. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&ano=2014>. Acesso em: 10 set. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Produto Interno Bruto - PIB**. 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20%C3%A9%20a%20so%20ma,R%24%207%2C4%20trilh%C3%B5es.&text=O%20PIB%20mede%20apenas%20os,finais%20par%20evitar%20dupla%20contagem>. Acesso em: 19 jul. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 24 set. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. 2023e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=o-que-e>. Acesso em: 25 out. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo 2022 - Panorama**. 2023f. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Índice IparDES de Desempenho Municipal**. 2010. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Index-IParDES-de-Desempenho-Municipal>. Acesso em: 4 jul. 2023.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Índice IparDES de Desempenho Municipal - Nota Metodológica**. 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota_metodologica_IPDM.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **ANUÁRIO Estatístico do Estado do Paraná**. 2023a. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/anuario_2014/index.html. Acesso em: 24 set. 2023.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Paraná em Números**. 2023b. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros-0>. Acesso em: 29 out. 2023.

JACKSON-SMITH, Douglas B. Understanding the Microdynamics of Farm Structural Change: entry, exit, and restructuring among Wisconsin family farmers in the 1980s. **Rural Sociology**, [S. l.], v. 64, n. 1, p. 66–91, 1999. DOI: 10.1111/j.1549-0831.1999.tb00005.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1549-0831.1999.tb00005.x>. Acesso em: 9 out. 2023.

JONES, Charles I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.

JÚNIOR, Divaldo Portilho Fernandes; JÚNIOR, Valdivino Vargas. Conceitos e Simulação de Cadeias de Markov. **Relatório de Iniciação Científica**, [S. l.]: UFG, 2006. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/pivic/trabalhos/DIVALDO .PDF>. Acesso em: 9 out. 2023.

KUZNETS, Simon Smith. Crescimento Econômico Moderno: descobertas e reflexões. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 39, n. 2, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/8888>. Acesso em: 24 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Antonio Barbosa Junior; RIGO, Claudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi. S. **Administração Financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil. **UFMG/Cedeplar**, [S. l.], n. 358, 2009. Disponível em: <https://cedeplar.ufmg.br/358-teorias-do-desenvolvimento-regional-e-suas-implicacoes-de-politica-economica-no-pos-guerra-o-caso-do-brasil/>. Acesso em: 22 set. 2023.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. Educação de Mãe para Filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educ. Soc**, [S. l.], v. 38, n. 141, p. 1051–1071, 2017. DOI: 10.1590/ES0101-73302017162420. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017162420>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LUCAS, Robert E. On the Mechanics of Economic Development. **Journal of Monetary Economics**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 3–42, 1988. Disponível em: <https://www.parisschoolofeconomics.eu/docs/darcillon-thibault/lucasmecanicseconomicgrowth.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1999.

MANKIW, Gregory N. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIN, Solange Regina; PORSSE, Melody de Campos Soares; OTONELLI, Janaina; GLASENAPP, Sirlei; VIEIRA, Carine de Almeida. A Concepção da Pobreza como Privação de Capacitações e as Políticas Públicas: uma proposta de medida

multidimensional para o município de Silveira Martins - RS. IN: V ENCONTRO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/APB DA ANPAD – ENAPG, 2012, Salvador. **Anais** [...], Salvador: ANPAD, 2012, p. 1-16. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTUzNjM= . Acesso em: 8 out. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. Uma Análise da Distribuição do Pib Per Capita entre Mulheres e Homens no Brasil, 1991-2015. **Revista de Economia Contemporânea**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 1–23, 2021. DOI: 10.1590/198055272515. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272515>. Acesso em: 8 out. 2023.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina**. São Paulo: SM, 2009.

MILONE, Paulo César. Crescimento e Desenvolvimento Econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco (org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MITNIK, Pablo A.; CUMBERWORTH, Erin; GRUSKY, David B. Social Mobility in a High-Inequality Regime. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], v. 663, n. 1, p. 140–184, 2016. DOI: 10.1177/0002716215596971. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716215596971>. Acesso em: 4 out. 2023.

MOSQUERA, Andrea Briceño. Education and its Effect on Human Capital Formation, Growth and Countries' Economic Development. **Apuntes del Cenes**, [S. l.], v. 30, n. 51, p. 45–59, 2011. Disponível em: <https://revistas.uptc.edu.co/index.php/cenes/article/view/33>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MOURA, Rubens Guimarães Togeiro de; CRUZ, Hélio Nogueira da. Teoria do Crescimento Endógeno e a Inovação Tecnológica no Brasil. **Revista de Administração e Inovação - RAI**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 230–251, 2013. DOI: 10.5773/rai.v10i3.1002. Disponível em: <https://doi.org/10.5773/rai.v10i3.1002>. Acesso em: 23 out. 2023.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NEIDHÖFER, Guido; SERRANO, Joaquín; GASPARINI, Leonardo. Educational Inequality and Intergenerational Mobility in Latin America: A new database. **Journal of Development Economics**, [S. l.], v. 134, p. 329–349, 2018. DOI: 10.1016/j.jdeveco.2018.05.016. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0304387818306618>. Acesso em: 24 out. 2023.

NORTH, Douglas. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PASCHOAL, Izabela Palma. **Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil**. Ribeirão Preto: USP, 2008, 81p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira - O desenvolvimento humano e o Antropoceno**. Publicado em 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%B3xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>. Acesso em: 9 set. 2023.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **IDH Global 2014**. 2023a. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014>. Acesso em: 9 set. 2023.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **IDH** . 2023b. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Acesso em: 24 set. 2023.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **O que é o IDHM**. 2023c. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do desenvolvimento humano dos municípios**. 2023. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha> . Acesso em: 29 out. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar De. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional**: teoria da localização estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMER, Paul M. Increasing Returns and Long-Run Growth. **The University of Chicago Press**, [S. l.], v. 94, n. 5, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1833190>. Acesso em: 22 set. 2023.

ROMER, Paul M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 98, n. 5, p. S71–S102, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2937632>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Carla Maria Lopes da Silva Afonso dos. **Estatística Descritiva Manual de auto-aprendizagem**. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

SANTOS, Michelle Costa Marques dos; GOUVEIA JUNIOR, Antonio; OLIVEIRA, Paulo Roberto Marques de; MELO, Daniel Reis Armond de; SOUZA, Waldemar Antonio da Rocha de. A Voz do Beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 48, n. 6, p. 1381–1405, 2014. DOI: 10.1590/0034-76121663. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/L58vw3z5s4sqyZtGPdXwDrL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012. DOI: 10.24302/drd.v2i1.215. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215>. Acesso em: 9 out. 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria Do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SHNEIDER, Sérgio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. **Sociologias**, [S. l.], n. 11, p. 88–125, 2004. DOI: 10.1590/S1517-45222004000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SILVA, Tadeu Silvestre da. Notas Sobre a Economia Ricardiana. **Pensamento & Realidade**, [S. l.], v. 13, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/8462>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SILVA, José Alderir. A Tecnologia na Teoria do Crescimento Econômico. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/46021>. Acesso em: 30 set. 2023.

SILVA, Jorge Luiz de Castro; FERNANDES, Maria Wilda; ALMEIDA, Rosa Livia Freitas de. **Estatística e Probabilidade**. 3. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, 2015.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: a evolução de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.],

p. 42–71, 2017. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.42.42-71. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5827>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVESTRE, António Luís. **Análise de Dados e Estatística Descritiva**. Forte da Casa: Escolar Editora, 2007.

SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence E. **Matemática para Economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOLOW, Robert M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, [S. l.], v. 70, p. 65–94, 1956. DOI: 10.2307/1884513. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1884513?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SØRENSEN, Aage Bøttger. Models of Social Mobility. **Social Science Research**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 65–92, 1975. DOI: 10.1016/0049-089X(75)90019-8. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0049-089X\(75\)90019-8](https://doi.org/10.1016/0049-089X(75)90019-8). Acesso em: 9 set. 2023.

SOROKIN, Pitirim A. **Social and Cultural Mobility**. New York: Free Press, 1964.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Básica**. São Paulo: Atlas, 2007.

TERNOSKI, Simão. **Elaboração de Projetos de Pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022. DOI: 10.22533/at.ed.957221306. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/elaboracao-de-projetos-de-pesquisa-nas-ciencias-sociais-aplicadas>. Acesso em: 14 mai. 2023.

TERNOSKI, Débora Maria; RIBEIRO, Flávio; CLEMENTE, Ademir. A Influência da Aplicação de Recursos Públicos nas Áreas de Educação e Saúde com os Índices Sociais nos Municípios Parananenses. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2017. DOI: 10.5935/2177-4153.20170006. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4727>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UGÁ, Vivian Domínguez. A Categoria “Pobreza” nas Formulações de Política Social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 23, p. 55–62, 2004. DOI: 10.1590/S0104-44782004000200006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200006>. Acesso em: 13 set. 2023.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. Emprego e Desenvolvimento Regional: contornos de uma questão social. **Abet**, [S. l.], v. 11, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/16602/9480>. Acesso em: 4 fev. 2024.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIEIRA, Cilane da Rosa; ALBERT, Carla Estefania; BAGOLIN, Izete Pengo. Crescimento e Desenvolvimento Econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 28–58, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/face/article/view/2467>. Acesso em: 21 ago. 2023.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico Regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2012. DOI: 10.54399/rbgdr.v8i2.679. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em: 5 set. 2023.

VIS DATA (Visualizador de Dados Sociais). **Data Explorer**. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 24 out. 2023.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

YUAN, Weici. The Sins of the Fathers: intergenerational income mobility in China. **Review of Income and Wealth**, [S. l.], v. 63, n. 2, p. 219–233, 2017. DOI: 10.1111/roiw.12222. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/roiw.12222>. Acesso em: 5 ago. 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

7 APENDICE

Apêndice A – Dados sobre a Área Territorial em relação as trajetórias e grupos do quartil do PIB per capita

TABELA 22 – Área territorial nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva sobre a área territorial nas trajetórias e quartis do PIB per capita						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	439,61	439,91	305,18	308,59	88,4	88,1
12	418,10	417,99	391,89	391,58	63,3	63,1
13	172,26	172,84	172,26	172,84	24,5	24,3
14	387,32	388,49	387,32	388,49	NA	NA
21	580,59	580,22	407,64	407,79	81,9	81,7
22	401,97	402,76	312,20	312,44	89,9	90,1
23	544,07	544,55	345,96	344,69	78,3	78,3
31	526,66	525,17	526,66	525,17	39,0	39,4
32	454,51	454,67	283,41	283,52	104,2	104,1
33	503,74	503,91	381,20	381,75	89,5	89,2
34	538,90	536,71	308,93	309,74	100,1	100,4
43	474,35	470,25	360,99	346,16	72,0	71,0
44	634,75	634,69	429,01	426,25	91,6	91,8
1	429,44	320,58	361,69	84,22	405,7	86,1
2	458,52	324,75	399,79	87,19	360,0	87,1
3	501,53	365,14	456,49	91,02	427,9	85,9
4	613,90	426,78	557,60	90,83	573,6	92,4
PARANÁ	500,95	500,95	351,12	348,95	90,6	90,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Apêndice B – Dados sobre os repasses da União para Estados e Municípios em relação as trajetórias e grupos do quartil do PIB per capita

TABELA 23 – Repasses da União para estados e municípios nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estatística descritiva dos repasses da união aos estados e municípios de acordo com as trajetórias e quartis do PIB per capita

GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 10.785.637,00	R\$ 11.543.024,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	60,3	64,2
12	R\$ 10.058.779,00	R\$ 10.939.235,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	38,9	38,9
13	R\$ 11.606.283,00	R\$ 13.674.044,00	R\$ 11.606.283,00	R\$ 13.674.044,00	47,1	56,6
14	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	NA	NA
21	R\$ 13.598.090,00	R\$ 14.524.959,00	R\$ 10.316.688,00	R\$ 10.939.235,00	94,9	93,3
22	R\$ 11.903.880,00	R\$ 12.790.490,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 10.939.235,00	51,1	52,1
23	R\$ 8.927.910,00	R\$ 9.466.646,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	27,9	27,9
31	R\$ 15.475.044,00	R\$ 16.408.852,00	R\$ 15.475.044,00	R\$ 16.408.852,00	23,6	23,6
32	R\$ 12.895.870,00	R\$ 14.064.731,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	79,6	83,5
33	R\$ 13.100.684,00	R\$ 14.036.178,00	R\$ 9.027.109,00	R\$ 10.939.235,00	70,9	69,8
34	R\$ 11.176.421,00	R\$ 11.850.838,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	49,5	49,5
43	R\$ 16.467.034,00	R\$ 17.671.072,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 10.939.235,00	77,1	79,1
44	R\$ 22.315.142,00	R\$ 24.031.765,00	R\$ 12.895.870,00	R\$ 13.674.044,00	137,1	137,2
1	R\$ 10.626.197,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 5.993.234,00	R\$ 56,40	9.012.503,0	73,5
2	R\$ 11.872.474,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 7.788.372,00	R\$ 65,60	7.191.380,0	57,1
3	R\$ 12.888.586,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.935.337,00	R\$ 69,33	9.921.279,0	71,3
4	R\$ 21.554.888,00	R\$ 12.895.870,00	R\$ 28.919.869,00	R\$ 134,17	31.072.023,0	138,6
PARANÁ	R\$ 14.241.459,00	R\$ 15.302.378,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 10.939.235,00	115,5	116,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Ipardes (2023a)

Apêndice C – Dados sobre Arrecadação de ICMS em relação as trajetórias e grupos do quartil do PIB per capita

TABELA 24 – Arrecadações em ICMS nas trajetórias e quartis do PIB per capita

Estadística descritiva do valor arrecadado em ICMS nas trajetórias e quartis do PIB per capita							
GRUPO	Média		Mediana		CV		
	2014	2019	2014	2019	2014	2019	
11	R\$ 3.013.033,15	R\$ 5.660.053,74	R\$ 452.065,86	R\$ 345.757,91	307,3	337,7	
12	R\$ 1.215.091,62	R\$ 1.823.817,59	R\$ 712.599,28	R\$ 537.888,96	119,5	178,2	
13	R\$ 1.542.150,60	R\$ 2.733.411,49	R\$ 1.542.150,60	R\$ 2.733.411,49	138,0	139,0	
14	R\$ 35.522,87	R\$ 10.254,26	R\$ 35.522,87	R\$ 10.254,26	NA	NA	
21	R\$ 12.207.283,13	R\$ 11.900.991,07	R\$ 1.066.748,29	R\$ 724.661,51	374,4	385,2	
22	R\$ 4.281.589,14	R\$ 5.265.655,28	R\$ 826.371,51	R\$ 800.464,50	197,6	253,9	
23	R\$ 789.869,29	R\$ 1.366.546,37	R\$ 276.012,87	R\$ 502.501,10	156,2	230,6	
31	R\$ 9.274.596,26	R\$ 6.998.933,07	R\$ 9.274.596,26	R\$ 6.998.933,07	124,8	121,0	
32	R\$ 12.057.327,84	R\$ 10.673.198,75	R\$ 593.171,29	R\$ 324.988,45	244,1	242,9	
33	R\$ 13.313.187,95	R\$ 13.938.155,44	R\$ 1.477.067,41	R\$ 1.600.674,46	335,3	281,3	
34	R\$ 6.392.866,78	R\$ 5.433.010,16	R\$ 1.093.355,43	R\$ 1.694.474,82	155,2	134,3	
43	R\$ 31.687.662,07	R\$ 42.134.862,78	R\$ 5.081.745,71	R\$ 4.313.531,40	194,9	190,2	
44	R\$ 258.376.313,75	R\$ 263.457.384,46	R\$ 4.882.821,35	R\$ 7.105.361,04	469,8	468,3	
1	R\$ 2.594.252,00	R\$ 463.418,60	R\$ 8.177.867,00	R\$ 315,23	26.685.380,0	381,4	
2	R\$ 5.504.288,00	R\$ 771.617,30	R\$ 22.064.611,00	R\$ 400,86	14.645.394,0	274,5	
3	R\$ 12.226.157,00	R\$ 1.424.722,40	R\$ 39.500.332,00	R\$ 323,08	44.803.276,0	284,5	
4	R\$ 228.906.789,00	R\$ 4.982.283,50	R\$ 1.134.261.564,00	R\$ 495,51	1.153.283.829,0	501,7	
PARANÁ	R\$ 62.450.237,00	R\$ 64.632.688,00	R\$ 1.066.748,00	R\$ 1.069.212,00	919,7	903,2	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IparDES (2023a)

Apêndice D – Dados sobre os repasses da União para Estados e Municípios em relação as trajetórias e grupos do quartil do IPDM

TABELA 25 – Valor com repasses da União aos estados e municípios nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva dos repasses da União para estados e municípios nas trajetórias e quartis do IPDM							
GRUPO	Média		Mediana		CV		
	2014	2019	2014	2019	2014	2019	
11	R\$ 11.971.987,00	R\$ 12.857.683,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 10.939.235,00	54,3	56,4	
12	R\$ 9.195.316,00	R\$ 9.750.188,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	37,7	37,7	
13	R\$ 9.671.903,00	R\$ 10.255.533,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	31,1	31,1	
14	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	NA	NA	
21	R\$ 9.564.437,00	R\$ 10.255.533,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	35,1	37,1	
22	R\$ 14.738.523,00	R\$ 15.791.531,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 10.939.235,00	87,5	86,9	
23	R\$ 11.749.571,00	R\$ 12.559.862,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	53,5	56,4	
24	R\$ 8.597.247,00	R\$ 9.116.029,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	15,5	15,5	
31	R\$ 9.170.397,00	R\$ 9.723.764,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	20,4	20,4	
32	R\$ 11.845.096,00	R\$ 12.661.152,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	49,9	52,3	
33	R\$ 13.780.370,00	R\$ 14.667.736,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 10.939.235,00	77,1	76,1	
34	R\$ 15.667.649,00	R\$ 16.947.966,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 10.939.235,00	92,6	89,8	
42	R\$ 8.167.385,00	R\$ 8.660.228,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	12,9	12,9	
43	R\$ 15.552.159,00	R\$ 16.811.552,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 8.204.426,00	91,1	90,3	
44	R\$ 22.865.322,00	R\$ 24.765.601,00	R\$ 12.895.870,00	R\$ 16.408.852,00	142,7	142,3	
1	R\$ 11.098.264,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 5.784.303,00	R\$ 52,12	6.359.340,0	53,2	
2	R\$ 12.345.182,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 9.474.370,00	R\$ 76,75	10.170.694,0	77,5	
3	R\$ 13.271.939,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 10.261.712,00	R\$ 77,32	11.025.427,0	77,3	
4	R\$ 20.228.286,00	R\$ 10.316.696,00	R\$ 28.427.653,00	R\$ 140,53	30.676.828,0	140,3	
PARANÁ	R\$ 14.241.459,00	R\$ 15.302.378,00	R\$ 7.737.522,00	R\$ 10.939.235,00	115,5	116,0	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do IpardeS (2023a)

Apêndice E – Dados sobre o valor em arrecadação de ICMS em relação as trajetórias e grupos do quartil do IPDM

TABELA 26 – Valor com arrecadação em ICMS nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva do valor arrecadado em ICMS nas trajetórias e quartis do IPDM						
GRUPO	Média		Mediana		CV	
	2014	2019	2014	2019	2014	2019
11	R\$ 6.831.847,00	R\$ 4.721.155,06	R\$ 623.080,35	R\$ 733.296,44	430,1	336,4
12	R\$ 2.228.726,00	R\$ 1.467.225,19	R\$ 310.667,29	R\$ 324.464,01	327,4	199,4
13	R\$ 755.695,40	R\$ 1.105.498,86	R\$ 147.631,19	R\$ 171.808,62	141,8	186,5
14	R\$ 3.301,49	R\$ 5.148,89	R\$ 3.301,49	R\$ 5.148,89	NA	NA
21	R\$ 1.094.015,00	R\$ 1.231.881,09	R\$ 353.879,77	R\$ 186.356,30	125,7	149,6
22	R\$ 13.725.370,00	R\$ 32.780.759,93	R\$ 971.602,57	R\$ 1.224.060,64	276,3	382,4
23	R\$ 5.746.859,00	R\$ 8.974.148,43	R\$ 876.422,84	R\$ 691.712,95	189,1	227,5
24	R\$ 934.478,40	R\$ 794.204,68	R\$ 455.382,58	R\$ 516.461,92	121,0	103,4
31	R\$ 729.187,10	R\$ 817.011,53	R\$ 509.722,91	R\$ 503.499,56	107,5	130,3
32	R\$ 4.389.435,00	R\$ 6.314.210,79	R\$ 1.933.708,95	R\$ 1.961.026,91	171,7	246,5
33	R\$ 8.120.369,00	R\$ 8.964.613,23	R\$ 1.404.473,21	R\$ 1.901.462,62	228,5	292,1
34	R\$ 24.675.960,00	R\$ 27.447.939,92	R\$ 2.691.604,20	R\$ 4.010.096,20	226,1	220,5
42	R\$ 788.510,20	R\$ 589.543,33	R\$ 508.050,38	R\$ 212.942,80	113,2	162,5
43	R\$ 52.643.410,00	R\$ 61.054.203,76	R\$ 1.659.559,58	R\$ 1.926.373,23	285,9	289,6
44	R\$ 304.657.800,00	R\$ 301.056.886,88	R\$ 6.984.791,43	R\$ 10.379.540,40	442,7	454,6
1	R\$ 5.202.458,00	R\$ 576.916,10	R\$ 24.482.896,00	R\$ 470,60	13.112.953,0	371,2
2	R\$ 7.831.136,00	R\$ 793.972,90	R\$ 26.072.259,00	R\$ 332,93	84.285.807,0	510,8
3	R\$ 10.277.164,00	R\$ 1.448.481,90	R\$ 30.318.698,00	R\$ 295,01	90.795.942,0	433,2
4	R\$ 225.942.170,00	R\$ 3.643.874,30	R\$ 1.134.823.053,00	R\$ 502,26	1.150.182.866,0	529,8
PARANÁ	R\$ 62.450.237,00	R\$ 64.632.688,00	R\$ 1.066.748,00	R\$ 1.069.212,00	919,7	903,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparides (2023a)

Apêndice F – Dados sobre o financiamento de produtores e cooperativas nas trajetórias e grupos do quartil do IPDM

TABELA 27 – Dados do financiamento à produtores e cooperativas nas trajetórias e quartis do IPDM

Estatística descritiva do volume com financiamento nas trajetórias e quartis do IPDM							
GRUPO	Média		Mediana		CV		
	2014	2019	2014	2019	2014	2019	
11	R\$ 31.389.170,00	R\$ 27.670.104,00	R\$ 15.036.801,00	R\$ 13.070.993,00	167,5	136,6	
12	R\$ 37.636.556,00	R\$ 31.026.534,00	R\$ 18.336.034,00	R\$ 15.122.500,00	111,0	114,6	
13	R\$ 47.604.960,00	R\$ 31.444.059,00	R\$ 40.139.094,00	R\$ 34.707.662,00	90,5	72,0	
14	R\$ 32.028.565,00	R\$ 35.264.472,00	R\$ 32.028.565,00	R\$ 35.264.472,00	NA	NA	
21	R\$ 20.569.836,00	R\$ 15.176.121,00	R\$ 16.816.611,00	R\$ 12.761.531,00	103,3	76,7	
22	R\$ 36.131.087,00	R\$ 32.384.743,00	R\$ 24.411.745,00	R\$ 21.397.879,00	113,6	115,4	
23	R\$ 46.401.922,00	R\$ 40.060.094,00	R\$ 41.898.802,00	R\$ 28.817.112,00	96,9	100,2	
24	R\$ 17.462.509,00	R\$ 20.247.312,00	R\$ 14.353.624,00	R\$ 14.058.231,00	98,7	116,1	
31	R\$ 29.057.490,00	R\$ 24.807.512,00	R\$ 17.802.754,00	R\$ 17.364.234,00	95,5	85,2	
32	R\$ 48.801.082,00	R\$ 35.269.429,00	R\$ 23.230.053,00	R\$ 21.827.454,00	190,5	145,1	
33	R\$ 51.135.844,00	R\$ 41.705.643,00	R\$ 22.978.994,00	R\$ 19.416.252,00	140,6	123,3	
34	R\$ 89.002.895,00	R\$ 66.315.043,00	R\$ 37.494.441,00	R\$ 24.652.417,00	211,2	186,5	
42	R\$ 19.334.296,00	R\$ 18.247.762,00	R\$ 13.587.549,00	R\$ 11.030.906,00	76,1	82,8	
43	R\$ 51.748.878,00	R\$ 43.722.847,00	R\$ 33.469.912,00	R\$ 23.193.136,00	110,1	114,6	
44	R\$ 187.934.301,00	R\$ 103.333.921,00	R\$ 56.947.750,00	R\$ 52.336.548,00	188,4	180,7	
1	R\$ 34.157.408,00	R\$ 17.075.892,00	R\$ 49.085.708,00	R\$ 143,70	32.380.325,0	132,6	
2	R\$ 34.070.008,00	R\$ 19.672.466,00	R\$ 38.357.224,00	R\$ 112,58	40.014.877,0	125,0	
3	R\$ 57.289.363,00	R\$ 23.318.309,00	R\$ 112.658.262,00	R\$ 196,65	45.994.738,0	112,4	
4	R\$ 145.133.799,00	R\$ 42.057.142,00	R\$ 304.163.838,00	R\$ 209,57	168.267.666,0	188,7	
PARANÁ	R\$ 67.688.424,00	R\$ 46.636.114,00	R\$ 25.187.823,00	R\$ 21.636.940,00	252,5	201,9	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados compilados do Iparides (2023a)